UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

JACKSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

A FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO ESPÍRITO SANTO:
Estudo do distrito de Paraju

VITÓRIA
2010

JACKSON RODRIGUES DE OLVEIRA

A FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO ESPÍRITO SANTO:
Estudo do distrito de Paraju

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Junior

VITÓRIA
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Oliveira, Jackson Rodrigues de, 1976-
O48f A formação da pequena propriedade agrícola no Espírito Santo : estudo do distrito de Paraju / Jackson Rodrigues de Oliveira. – 2010.
138 f. : il.

Orientador: Carlos Teixeira de Campos Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Café. 2. Pequenos produtores - Paraju (Domingos Martins, ES). 3. Economia. 4. Migração. 5. Espírito Santo (Estado) - Aspectos econômicos. I. Campos Júnior, Carlos Teixeira de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 330

JACKSON RODRIGUES DE OLVEIRA

A FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO ESPÍRITO SANTO:
Estudo do distrito de Paraju

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Aprovada em 19 de maio de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

_____
Prof.º Dr.º Carlos Teixeira de Campos Junior
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

_____
Prof.ª Dr.ª Maria da Penha Smarzaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo

_____
Prof.º Dr.º Rogério Arthmar
Universidade Federal do Espírito Santo

Se teus projetos são para um ano, semeia o grão. Se são para dez anos, planta uma árvore. Se são para cem anos, instrua o povo. Semeando uma vez o grão, colherás uma vez; plantando uma árvore, colherás dez vezes; instruindo o povo, colherás cem vezes. Se deres um peixe a um homem, ele comerá uma vez; se o ensinares a pescar ele comerá a vida inteira.

Kuan-tzu

(sábio chinês, século VII a. C.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais, José e Evanilda, e a minha irmã, que pela cobrança tentaram despertar em mim a importância desta dissertação, entre tantas outras coisas...

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos e colegas de curso. Em especial aos professores Carlos Teixeira de Campos Junior, Angela Maria Morandi e mestres que sempre foram meu grande espelho e exemplo de integridade a ser seguido.

RESUMO

A intenção deste trabalho é estudar a formação da pequena propriedade agrícola no Espírito Santo, realizando um estudo de caso em Paraju, distrito do município e Domingos Martins, o Espírito Santo e dos estados que compõe o Brasil. Nesse sentido, delimitou-se como problema de investigação a seguinte questão: Como ocorreu a formação da pequena propriedade agrícola em Paraju distrito de Domingos Martins? No intuito de responder a este questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar como ocorreu a formação da pequena propriedade agrícola na Região Serrana do Município de Domingos Martins, em especial no Distrito de Paraju. Entre os tópicos abordados no trabalho destacam-se: apresentar a formação da pequena propriedade agrícola estado; apresentar como se encontra o município de Domingos Martins; realizar um estudo das propriedades agrícolas que se encontram no Distrito de Paraju. As conclusões do estudo demonstraram que o café constitui-se na principal atividade agrícola de Paraju, presente em quase todo o distrito, sendo responsável pela geração da maior parte da renda e dos empregos do meio rural das pequenas propriedades. Quanto aos aspectos metodológicos fez-se uma pesquisa bibliográfica que possibilitou estabelecer referências para a realização da pesquisa de campo e análise dos resultados dessa pesquisa.

Palavras chave: Café - Pequenos - Proprietários - Paraju - Economia.

ABSTRACT

The intention of this work is to study the formation of small farms in the Espírito Santo state, making a case study in Paraju city that is district of Domingos Martins, the Espirito Santo and of the states that Brazil composes. In this way, as delimited research problem the following question: How happened the creation of small farms in the district Paraju in Domingos Martins? For to answer this question, defying general objective that is to analyze how the formation of small farms in the mountainous region of the Municipality of Domingos Martins, in particular the district of Paraju. Among the topics covered in the present work are: to show the formation of small farm, to show how it the municipality of Domingos Martins, to do a study of farms that are in the district paraju. To prove that coffee is on the main agricultural activity of paraju present in almost all district and is responsible for generating the most revenue and employment in rural areas of small farms. In the methodological became a literature search that allowed setting benchmarks for the implementation of fieldwork and analysis of the results of this research.

Keywords: Coffee - Small - Owners - Paraju - Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Estimativa do desemprego de mão-de-obra ocasionado pelo programa de erradicação dos cafezais - Espírito Santo (1962-67) 37
Tabela 02: Número de tratores no espírito santo no período de 1960 à 1995/96..... 44
Tabela 03: Brasil e espírito santo: área média (ha) explorada por trator – período 1975 à 1995/1996 44
Tabela 04: PIB do estado do Espírito Santo e o PIB da cafeicultura capixaba em milhões de reais no período de 2002 à 2007 45
Tabela 05: Produção cafeeira em sacas de 60 quilos e preço (R$) médio do café no estado do Espírito Santo, no período de 1992 à 2009..... 45
Tabela 06: População do Estado do Espírito Santo e da Grande Vitória, período 1970/2000..... 54
Tabela 07: Estrutura etária da população, por situação de domicílio 2000..... 55
Tabela 08: População de Domingos Martins distribuída por distritos no ano de 2000..... 57
Tabela 09: PIB municipal per capita - 2002-2006 - R$ 1,00 Municípios Região Serrana x Espírito Santo..... 58
Tabela 10: PIB do município de Domingos Martins, distribuído segundo setor econômico, no período de 2003 a 2006..... 59
Tabela 11: Distribuição setorial do emprego formal 2006..... 61
Tabela 12: Distribuição Setorial da Massa salarial 2006 62
Tabela 13: População Ocupada, segundo faixa de rendimento de todos os trabalhos 2000..... 65
Tabela 14: Produção e área plantada de café no município de Domingos Martins, período 2003 à 2007..... 66
Tabela 15: Lista dos principais produtos de maior oferta na CEASA/ES, desde o ano 2002, pelo Município de Domingos Martins..... 68
Tabela 16: Produtos ofertados na CEASAMINAS por Domingos Martins na Série Histórica de 2002 a 2008..... 70
Tabela 17: Produtos ofertados por Domingos Martins na CEASA/RJ em 2008..... .78

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Divisão Regional do Espírito Santo 48

Mapa 2: Domingos Martins: Mapa das comunidades divididas por Distrito 97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População rural e urbana do Espírito Santo, período 1970 – 2000 …..... 53
Gráfico 02: População do município de Domingos Martins, dividida em rural e urbana, período de analise 1970 à 2000 …..... 54
Gráfico 03: População de Domingos Martins distribuída por distritos no ano de 2000 …..... 56
Gráfico 04: PIB do município de Domingos Martins, distribuído segundo setor econômico, no período de 2003 a 2006 …..... 59
Gráfico 05: Participação de Domingos Martins na Oferta de Produto Hortigranjeiros no Mercado Atacadista da CEASA/ES, com origem no estado do Espírito Santo no ano de 2008.…..... 67
Gráfico 06: Evolução da Oferta e dos Valores obtidos com a comercialização de Produtos Hortigranjeiros no Mercado Atacadista da CEASA/ES, ao longo da série histórica de 2002 a 2008 …..... 69
Gráfico O7: Percentual de Culturas Consorciadas com a Cafeicultura no Distrito de Paraju em 2006..... 82
Gráfico 8: Você pode melhorar o Meio Ambiente onde vive …..... ..84
Gráfico 9: Você faz uso de algum método de reciclagem em sua Propriedade …..... 85
Gráfico 10: Você vê algum problema na utilização do uso de Agrotóxicos..... 90
Gráfico 11: Você sabe manusear os produtos químicos que usa na sua propriedade e os conhece …..... 91
Gráfico 12: Você tem assistência técnica …..... 92
Gráfico 13: Você sabe o que são tecnologias e percebe o que está ocorrendo por causa delas …..... 96
Gráfico 14: Com que frequencia você vai à sede do município..... 98
Gráfico 15: Qual a sua origem …..... 99
Gráfico 16: Qual a sua denominação religiosa..... 100
Gráfico 17: De onde provem a renda da família …..... 100
Gráfico 18: A renda da propriedade chega até 5 salários ou mais por mês 101
Gráfico 19: Grau de instrução dos produtores rurais..... 101
Gráfico 20: Qual o grau de escolaridade do seu (s) filho (s)..... 102
Gráfico 21: Você é filiado a algum órgão representativo (sindicato)..... 103
Gráfico 22: Qual o tamanho da propriedade..... 104

Gráfico 23: Quem trabalha diretamente na propriedade…..... 106
Gráfico 24: Você já contraiu empréstimo financeiro..... 107
Gráfico 25: Qual o tipo de vegetação da reserva da propriedade …..... 108
Gráfico 26: Como você qualifica a água da propriedade..... 109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO..... 24
2.1 HISTÓRICO DA ECONOMIA CAPIXABA 25
2. 1.1 O MOVIMENTO IMIGRANTISTA DO ESPÍRTO SANTO 27
2.1.2 A IMPLANTAÇÃO DA CAFEICULTURA CAPIXABA 31
2 .2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA 41

3 O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS 47
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO..... 49
3.2 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO..... 50
3.3 A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS..... 52
3.4 A ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS..... 57

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O DISTRITO DE PARAJU..... 75
4.1 O DISTRITO DE PARAJU 76
4.2 O CULTIVO DO CAFÉ CONSORCIADO COM OUTRAS CULTURAS 78
4.2.1 A Agroecologia 82
4.3 O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SOBRE O MEIO-AMBIENTE LOCAL 87
4.4 UM RETRATO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PARAJU (PONTO ALTO, PEROBAS, ALTO PARAJU, PENA, NOVO ALMEIDA, SÃO RAFAEL, ALTO AREINHA, PARAJU, GOIABEIRAS, AREINHA, RIO PONTE, TIJUCO PRETO, RIBERÃO CAPIXABA) 96

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

6 REFERÊNCIAS..... 114

APENDICE I..... 121

APENDICE II..... 124

1 INTRODUÇÃO

A economia do Espírito Santo inicia-se nos idos dos séculos XVI e XVII, onde comerciantes por tradição cultural, os chamados cristãos-novos estiveram à frente dos principais engenhos da Capitania na condição de arrendatários, proprietários ou feitores, e, além de diversas atividades mercantis, mantinham, em muitos casos, atividades tão peculiares aos da nação hebréia (SALVADOR, 1976, p. 112).

Diante desta iniciação econômica do Estado é de supor que a produção de açúcar e o comércio com Portugal fizessem desta ilha um entreposto de mercadorias. De acordo com Abreu Apud Vasconcelos (1993, p. 46).

> São dessa época as notícias do envolvimento desses comerciantes no contrabando de açúcar e de pau-brasil, no tráfico de índios para a Bahia, na devassa aberta contra os oficiais da Alfândega de Vitória, no comércio de escravos negros de Angola para o Rio de janeiro, - e dupla traição à Coroa – na colaboração com os holandeses. Nos séculos XVI e XVII, a vida na Colônia girava em torno do açúcar, e os cristãos-novos detinham o controle do comércio.

É importante ressaltar que dentre as sociedades comerciais houve algumas entre os próprios jesuítas e mercadores, cristãos-novos, no comércio do pau-brasil, cuja licença para a exploração os religiosos detinham com exclusividade. Por outro lado, sabe-se que com os recursos confiscados pela Inquisição aos cristãos-novos foi constituída, já no final do período da expansão açucareira, a Companhia Geral de Comércio do Brasil. Com controle absoluto da Colônia por consequência, o poder dos jesuítas ampliou-se ainda mais (ABREU APUD VASCONCELOS, 1993).

Através da evolução característica decorrente dos jesuítas, a capitania do Espírito Santo cresceu em ritmo rápido, no entanto, essa expansão era enormemente

pequena em relação as outras capitanias da colônia.

Basta ver que no século XIX, três séculos depois só 15% do território do Espírito Santo tinha sido ocupado. Predominava no Sul a grande propriedade, por influência da vinda de mineiros e fluminenses para região e pequenas propriedades, ainda pouco difundidas na região Serrana, por conta da imigração européia.

No Espírito Santo não houve o impulso econômico que teve o Rio de Janeiro com a vinda da Coroa portuguesa. Nem esse alcançou a formação do complexo econômico como São Paulo, de acordo com Cano.

De acordo com Rocha (1998, p. 44):

> No Espírito Santo não havia se constituído um complexo econômico integrado com o desenvolvimento da agricultura, comércio, transportes, indústrias, bancos, etc. Os segmentos empresariais ligados às atividades não-agrícolas tinham pouco poder de influência sobre a agricultura. As pequenas propriedades e os colonos parceiros, mesmo diante das crises de preços, preservavam os cafezais, pois deles obtinham o quase único produto mercantil da unidade agrícola.

Outro sim, convém dizer que o café, sem dúvida, teve relevante papel na formação da base econômica regional do Espírito Santo, mas, dadas as formas de produção em que se organizou, foi incapaz de gerar movimentos dinâmicos de longo alcance, suficientes para possibilitar a formação de capitais privados com condições de enfrentar o desafio da realização dos grandes investimentos no sistema de transportes (ferrovias), na indústria e nos bancos (ROCHA, 1998).

Diante deste contexto, ora apresentado, neste trabalho a intenção é de tratar a formação da pequena propriedade agrícola do Espírito Santo, com o propósito de compreender a pequena propriedade no distrito de Paraju, município de Domingos Martins.

Nesse sentido, pretende-se resgatar a formação das pequenas propriedades agrícolas no Estado e mostrar como estão as pequenas propriedades rurais do Distrito de Paraju, região que ainda hoje em pleno século XXI apresenta características da época da sua formação iniciada em 1947, com a vinda de 39 famílias para a região de Santa Isabel.

Diante deste contexto, estabeleceu-se como problemática de investigação a seguinte questão: Como ocorreu a formação da pequena propriedade agrícola do Espírito Santo, em especial no Distrito de Paraju e como está hoje essa pequena propriedade nesse distrito?

No intuito de responder a este questionamento, definiu-se como objetivo geral analisar como ocorreu a formação da pequena propriedade agrícola na Região Serrana do Município de Domingos Martins, para então tratar dessa forma de propriedade no Distrito de Paraju.

Entre os objetivos específicos, destacam-se:

- Apresentar a formação da pequena propriedade do Estado;

- Apresentar como se encontra essa pequena propriedade no município de Domingos Martins;

- Realizar um estudo das propriedades agrícolas que se encontram no distrito de Paraju. Para discutir sua situação hoje.

A importância deste estudo se justifica à medida que irá mostrar que o Município de Domingos Martins é um grande produtor de café e apresenta pequenas propriedades que ainda guardam a tradição e os valores das primeiras famílias que

chegaram ao município.

Por este motivo que o trabalho quer colocar em foco este tema: A Formação da pequena propriedade agrícola do Espírito Santo: Um estudo de caso do distrito de Paraju, para que as gerações futuras possam conhecer um pouco da história de seus antepassados, dos obstáculos enfrentados, dos desafios constantes e das vitórias frente a um progresso além de poder superar o descompasso existente entre o planejamento urbano e rural, da divulgação do grande potencial agrícola existente em Domingos Martins e da identificação dos impactos ambientais que possam vir a comprometer o estabelecimento das áreas de interesse ambiental.

Em relação autos aspectos metodológicos estes tomaram uma orientação exploratória e explicativa. A técnica de pesquisa fundamentou-se em levantamento e análise bibliográfica e numa pesquisa de campo realizada com aplicação de questionário. Os procedimentos metodológicos seguiram da seguinte forma: foram feitas considerações a respeito da conceituação da pesquisa, , os tipos de pesquisas utilizadas, os métodos e as técnicas de pesquisa empregadas, a amostra da população selecionada, bem como sobre a coleta de dados, o tratamento e a sua análise e feitas observações a respeito das limitações do método.

De acordo com Vergara (2004) há vários tipos de pesquisa, conforme os critérios utilizados pelos autores. Ele propõe dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quantos aos fins, refere-se a utilização das pesquisas exploratórias e as explicativas. Quanto aos meios, refere-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, a pesquisa documental e ao estudo de caso.

O trabalho de investigação proposto irá centra-se na análise dos dados empíricos

obtidos de diversas fontes e na pesquisa de campo realizada junto aos pequenos agricultores distrito de Paraju, no município de Domingos Martins.

Em relação ao método adotado, como instrumento de análise e síntese do estudo, utilizou-se o método qualitativo/quantitativo e empírico.

O método qualitativo se fundamenta na pesquisa bibliográfica geral e específica sobre o tema estudado que permite explicar o quadro social, econômico, político e situacional correlacionado ao objeto de estudo. Assim, a pesquisa bibliográfica, com consulta a revistas, livros, textos, artigos científicos, e teses entre outros, o que permitiu traçar um referencial relacionado ao tema em questão. E esse referencial orientou a análise e a síntese do estudo. Segundo Vergara (2004, p. 48):

> A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

O método quantitativo é a visão macro com variáveis estatísticas - que permite explicar mudanças, estagnação, retrocesso, crescimento entre outras. O que pode dar uma interpretação estrutural da sociedade e da economia.

O método empírico busca a informação de forma direta com técnicas como questionários, entrevistas, relatórios de observação entre outros.

A respeito da pesquisa de campo foi efetuado um estudo de caso com pequenos produtores rurais da região serrana de Domingos Martins. É importante mencionar que Vergara (2004, p. 47) define a pesquisa de campo como a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”.

Por sua vez, o estudo de caso é definido por Vergara (2004, p. 49) como “circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país”.

Foram utilizados métodos e técnicas de pesquisa que possibilitaram estabelecer estratégias e táticas indicadas para as diversas fases do processo: da problematização, da coleta de dados e informações, da mensuração, da formação do marco teórico de referência, do levantamento de variáveis e seu relacionamento, da análise de dados, da prova ou da comprovação.

Segundo Gil (1995, p. 34), “os métodos específicos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais”.

Conforme destaca Vergara (2004, p. 14) no metodo quantitaivo, o pesquisador obtém os dados de que necessita na observação, em entrevistas e questionários não estruturados, nas histórias de vida, em conteúdos de textos, na história de países, empresas, organizações em geral; enfim tudo aquilo que lhe permita refletir sobre processos e interações.

Nas fases iniciais deste trabalho buscou-se apresentar os aspectos mais relevantes do processo histórico da colonização do Espírito Santo, para em seguida relacionar as informações históricas com os dados empíricos obtidos sobre o município de Domingos Martins.

A intenção principal desta fase teve por finalidade embasar as discussões que adviriam, e visavam à elaboração e o desenrolar da estrutura de análise da pesquisa de campo sobre Paraju. A revisão bibliográfica realizada foi uma constante que

propiciou refletir sobre desenvolvimento das fases iniciais e subsequentes do trabalho.

A respeito das condições socioeconômicas das pequenas propriedades agrícolas do município de Domingos Martins, especialmente as do Distrito de Paraju foi realizada uma pesquisa quantitativa. Este município tem aproximadamente, 4.783 propriedades, sendo que o Distrito de Paraju, alvo do estudo, têm aproximadamente 2.100 propriedades.

A amostra da pesquisa de campo foi caracterizada por segmento, que serão descritos no decorrer deste trabalho, perfazendo-se um total de 210 propriedades, ou seja, uma amostra de 10%, do universo das 2.100 propriedades agrícolas do distrito de Paraju. Os instrumentos utilizados como coleta de dados foram questionários e entrevistas respondidas por agricultores da região.

Em relação à entrevista junto aos agricultores, foram entrevistados 210 agricultores do universo de 2100 agricultores, que residem nas comunidades de Ponto Alto, Paraju, Goiabeiras, Alto Paraju, São Rafael e Rio Ponte e Areinha, A escolha destes entrevistados se deu de forma aleatória, foram escolhidos os agricultores destas comunidades, para serem entrevistados porque espelham a realidade do distrito de Paraju. Como alguns entrevistados pediram para não serem identificados, optou-se por identificar os agricultores por letras maiúsculas do alfabeto português. As entrevistas foram realizadas nas propriedades e dirigidas para a realidade de cada agricultor entrevistado.

O questionário utilizado com os agricultores foi composto de questões objetivas. Algumas destas questões poderiam ser justificadas se fosse de interesse do

entrevistado. As questões objetivas foram analisadas, uma a uma, e, de forma resumida, e tecidos alguns comentários.

O tratamento e a análise dos dados ocorreram progressivamente. Primeiramente foram realizadas leituras com o propósito de se conhecer o pensamento de diversos autores sobre o assunto em apreço. Essas leituras funcionaram como referência, para a analise dos dados da pesquisa de campo.

Outra importante fonte de pesquisa foi a utilização de sítios da Internet de intuições governamentais e privadas. Foram utilizadas informações cujas fontes consultadas tiveram origem em matérias jornalísticas, anais de congressos e outras publicações sobre o tema. A partir das informações colhidas, da análise feita, foi possível criar um entendimento da Formação da cafeicultura e da pequena propriedade agrícola de Paraju.

Além disso, foram aproveitadas as observações e vivências do pesquisador, originadas de sua experiência no ambiente agrícola, desde a infância adquiridas no convívio da Família.

No que diz respeito às limitações do estudo, cabe mencionar que não foi possível, nem tampouco fazia parte do escopo deste trabalho, expandir o universo da pesquisa para outras regiões do estado, resultado que poderia enriquecer o trabalho.

No entanto devido a problemas de logística para a realização da pesquisa para além da região circunscrita no presente estudo (Região Serrana do Espírito Santo), tornaria mais oneroso o trabalho bem como demandaria outro tempo que não dispúnhamos para desenvolver o trabalho.

No que diz respeito à estrutura, este trabalho foi organizado em quatro capítulos distintos. O primeiro trata das considerações iniciais a respeito do tema, destacando-se a delimitação do tema, o problema, os objetivos, a justificativa, a estrutura do trabalho e a metodologia.

O segundo capítulo trata o histórico da pequena propriedade agrícola no Estado do Espírito Santo, destacando a implantação do café no Estado.

A economia de Domingos Martins será o destaque do terceiro capítulo que apresenta os dados estatísticos referentes à economia deste município.

O quarto capítulo aborda uma análise e discussão a respeito do Distrito de Paraju. Este capítulo tem, como enfoque, os seguintes tópicos: o Distrito de Paraju; o cultivo do café consorciado com outras culturas; a agroecologia; o impacto das inovações tecnológicas sobre o meio-ambiente local; um retrato das propriedades agrícolas do distrito de Paraju (Ponto Alto, Perobas, Alto Paraju, Pena, Nova Almeida, São Rafael, Alto Areinha, Paraju, Goiabeiras, Areinha, Rio Ponte, Tijuco Preto, Riberão Capixaba).

E por fim, no ultimo capítulo, são apresentadas as principais conclusões do trabalho.

2 HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A ênfase deste capítulo é o histórico da formação da pequena propriedade agrícola no Estado do Espírito Santo. Nesse sentido, estão na origem deste processo o cultivo do café e o trabalho de imigrantes europeus. A produção e comercialização do café promoveram o desenvolvimento do estado, que investiu na construção de estradas de ferro e melhorias de infra-estrutura. O desenvolvimento do Espírito Santo oscilou conforme os movimentos da economia cafeeira.

Somente na década de 70 do século XX o Espírito Santo encontrou a diversificação da sua economia tornando-se menos dependente do café.

Verificou-se que a instalação, nos anos 70, do século XX, de grandes projetos industriais voltados para a exportação, como as a empresa Aracruz Celulose e as usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, da Samarco Mineração, entre outras, que trouxeram benefícios à economia do Espírito Santo. Ainda assim, a agricultura manteve-se como atividade importante no Espírito Santo, especialmente movida pelo café. Este produto não só é o principal responsável pelo emprego e a renda das pequenas propriedades, como contribui pela melhor distribuição espacial dos investimentos no território capixaba.

Portanto, o capítulo irá mostrar que apesar de nas últimas quatro décadas do século XX, o Espírito Santo diversificar as suas atividades econômicas, expandir a indústria, o comércio e os serviços, e dinamizar o comércio exterior, batendo sucessivos

recordes nas exportações e importações, a pequena propriedade de café é importante no processo de desenvolvimento do Espírito Santo.

2.1 HISTÓRICO DA ECONOMIA CAPIXABA: A IMPLANTAÇÃO DO CAFÉ NO ESTADO.

Antes de se iniciar o aprofundamento deste estudo, é fundamental deixar claro que a economia capixaba, originariamente, foi marcada pelo papel preponderante da cafeicultura na constituição de sua base econômica (ROCHA, 1998).

A economia colonial estruturou-se de forma a atender ao objetivo de fornecer gêneros tropicais ao comércio europeu, com base em três elementos essenciais: a grande propriedade, monocultura e trabalho escravo.

Uma noção intuitiva onde se verifica que a evolução de um povo é dotada de certo sentido e que a do Brasil esteve marcada pelo sentido da colonização, já que esta foi um dos desdobramentos da expansão comercial européia que levou à “era dos descobrimentos” é principio importante que permite pensar o Espírito Santo.

> Aquele sentido é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância (...). A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo o mais que nela existe, e que é, aliás, de pouca monta, será subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO JR., 1969 *apud* GREMAUD, 1997, p.13).

Sendo assim, o “sentido da colonização” determina a estrutura da economia colonial, seja pela função que a colônia deve preencher como parte da expansão comercial européia, seja pela motivação do colono português que se dispôs à aventura colonial. O desdobramento desse sentido se estende também ao século XIX.

No decorrer do século XIX, o Brasil passou por uma grande transformação econômica, transformação essa atestada pela decadência das lavouras tradicionais da cana-de-açúcar, algodão e tabaco e pelo surgimento de um novo gênero agrícola, o café, introduzido no Brasil em 1727. Em princípio, essa nova produção teve pouca conotação econômica, limitando-se ao consumo das próprias fazendas produtoras.

De acordo com Gonçalves (2006):

> A decadência da mineração foi acompanhada pelo renascimento das atividades agrícolas. O principal produto de exportação passaria a ser o café. A expansão da cultura cafeeira, ao longo do século XIX, atraiu os melhores recursos econômicos do País. A declaração de Independência não alterou os fundamentos econômicos do Brasil, e a produção de café contribuiu para reafirmar o modelo de tipo colonial, estruturado no latifúndio, na monocultura, na produção para o mercado externo e, principalmente, na escravidão, que na primeira metade do século XIX, conheceria o seu apogeu. A produção comercial de café iniciou-se na cidade do Rio de Janeiro, espalhando-se pelo Vale do Rio Paraíba do Sul, nos atuais Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Posteriormente, em decorrência da implantação de ferrovias e do trabalho assalariado imigrante, desenvolveu-se plenamente o chamado Oeste Paulista.

A partir de 1830, graças à grande aceitação no mercado externo e às condições geográficas favoráveis do sudeste do Brasil, o café tornou-se o principal produto na pauta das exportações brasileiras.

O Espírito Santo, parte integrante do território brasileiro não ficou alijado da nova estrutura econômica brasileira e teve no café seu principal instrumento de desenvolvimento econômico e a imigração como principal fonte de ocupação territorial, para tender como se desensenvolveram estes processos no estado veremos cada um em separado.

2. 1.1 O Movimento Imigrantista do Espírito Santo

O movimento migratório capixaba tem como principais primícias proporcionar o povoamento de terras capixabas, e também irão fornecer a mão-de-obra necessária para a cultura do café. Segundo relata Caser, (1992):

> Em meados do século XIX, alguns núcleos de plantação de café começaram a surgir gradualmente, paralelamente ao desmatamento, atraindo para o Espírito Santo populações procedentes do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que iniciaram efetivamente a colonização do solo capixaba. Esses núcleos iniciais de café foram rapidamente se expandindo, avançando progressivamente para o Norte e o Sul do Estado. No entanto o plantio indiscriminado do café ia exaurindo paulatinamente a fertilidade natural do solo capixaba.

Embora a concessão de sesmarias da colonização portuguesa tenha resultado na predominância do latifúndio, o processo de grande contingente de migração européia, principalmente de origem italiana e alemã, gerou, na distribuição de terras, o surgimento de pequenas propriedades, que ainda na atualidade são frequentes no estado.

Como em todo o Brasil, o Espírito Santo iniciou sua atividade econômica com o cultivo da cana-de-açúcar, que teve uma queda brusca no século XVII. O povoamento capixaba se restringia à faixa litorânea, tornando a província “despovoada”.

Segundo Celin (1984) o processo de colonização européia em terras capixabas foi iniciado na região serrana principalmente de Santa Leopoldina em direção ao oeste. Os imigrantes alemães chegados na metade do século XIX se concentraram na bacia do Rio Santa Maria da Vitória.

Até a metade do século XIX, a população capixaba era rarefeita e concentrada principalmente ao longo do litoral e nos vales ou margens de alguns poucos rios.

Neste sentido Celin (1984) informa que iniciando o século XIX, cerca de 2/3 das terras capixabas ainda estavam totalmente inexploradas pelo homem branco e para a ocupação e integração econômica dessas terras a província e depois o Estado contaram com a contribuição decisiva de contingentes populacionais emigrados da Europa.

As reivindicações não eram de mão-de-obra para as fazendas, mas sim de habitantes para colonizar. Inclusive alguns deles procuraram favorecer a colonização com nacionais visando povoar e aumentar a produção (SALETTO, 1996).

A política imigrantista no Espírito Santo a princípio não visa substituir o escravo nas grandes fazendas e sim sua localização em pequenas colônias nas quais os imigrantes objetivam produzir e buscar a autonomia financeira. Mas como o Espírito Santo não possuía recursos para introduzir os imigrantes por sua conta recebia apenas uma pequena parcela daqueles trazidos pelo Governo fato que ocorreu de forma marcante em três diferentes fases.

Entre os anos de 1847 a 1881 chegaram no Espírito Santo 13.828 imigrantes sendo o auge os anos de 1872 à 1879 com a entrada de 10.300 imigrantes. Foram criados nesta fase quatro núcleos coloniais: Santa Izabel 1847, Rio Novo 1855, Santa Leopoldina 1857 e Castelo 1880 (ROCHA, 2000).

Em 1855, foi fundada a colônia do Rio Novo. Considerada em princípio um fracasso a colônia de Rio Novo se expandiu territorialmente na década de 1870 quando aumentaram as entradas de imigrantes na província. Em 1875 recebeu tiroleses e austríacos. Já em 1878 italianos e posteriormente cearenses que fugiam de uma grande seca. Estes imigrantes foram localizados em áreas diferentes dentro do

território da colônia.

A próxima colônia a ser fundada foi a de Santa Leopoldina em 1857. Nela se estabeleceram suíços, hanoverianos, luxemburgueses, pomeranos e alemães. Em 1874 o Governo criou mais dois estabelecimentos ligados a colônia de Santa Leopoldina.

O núcleo Timbuy e o núcleo Santa Cruz. Ambos povoados predominantemente por italianos. Por fim foi fundado o núcleo de Castelo em 1880. Sua fundação obedecia a um objetivo específico qual seja o de receber os imigrantes que haviam deixado a Europa e ignoravam a cessão dos favores que eram regidos pelo Regimento de 1867.

Durante este período os imigrantes viveram problemas de ordens diversas como: a dificuldade de produzir em terras de baixa fertilidade, especialmente em Santa Leopoldina, a falta de pagamento dos serviços de estradas, derrubadas e edificações de casas provisórias realizados pelos colonos e o não adiantamento de instrumentos para a lavoura.

A segunda fase da imigração européia no Espírito Santo se concentra nos anos de 1882 à 1887, pois foi marcada pela reduzida quantidade de imigrantes que entraram na província em um total de 1.375. A explicação para este fato é dada pela pequena importância que detinha a Província do Espírito Santo frente as grandes Províncias como a do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e em consequência a condição a que era submetida em relação à política imigrantista imperial.

Somente entre os anos de 1888 a 1896 demarcados por Rocha (2000) como terceira fase da imigração a entrada de imigrantes no Espírito Santo ganha nova expressão.

Nesta fase chegam 21.497 imigrantes e já apresentava um novo caráter já que a proposta é a criação de núcleos coloniais junto às regiões da grande lavoura visando dessa forma transformar garantir novos trabalhadores para as lavouras que se encontravam sem trabalhadores com o fim da escravidão.

Estes novos núcleos que foram criados acolhiam uma percentagem bem menor de imigrantes do que a quantidade de imigrantes que se instalava nas fazendas e que eram atraídos pelos contratos de parceria com os fazendeiros e que eram muito vantajosos.

Os principais beneficiários deste movimento imigratório foram os grandes fazendeiros, porque alguns conseguiram por meio da parceria braços para a lavoura, e este foi um período de crescimento da receita econômica do Espírito Santo em função da elevação dos preços do café que era o principal produto de produzido.

E foi esta efervescência econômica que possibilitou ao Presidente Muniz Freire criar um serviço de imigração do Estado e assim através do Decreto Nº. 4 conferia ao Estado de conceder aos imigrantes estrangeiros pagamento de passagens, hospedagem gratuita na Capital, transporte e alimentação até o local que residiriam além de assistência médica gratuita por dois anos, concessão de um lote de 25 hectares em núcleo do estado a escolha do imigrante e o adiantamento a cada família de um valor de 250$000 para o primeiro ano de estabelecimento.

Mas em julho de 1895, o Governo Italiano proíbe a emigração para o espírito Santo e este fato aliado ao fim da euforia provocada pela queda dos preços do café a partir de 1896 demarca o encerramento do serviço de imigração do estado e com a redução do movimento imigratório europeu e a queda nos preços do café e seu

consequente enfraquecimento o alvorecer do século XX se dá no Espírito Santo Com um intenso processo migratório interno.

Segundo Buffon (1992), o movimento imigrantista capixaba esta apresenta estreita relação como a economia cafeeira, e com a diminuição da expansão cafeeira, ocorreu paralelamente a diminuição do fluxo migratório interestadual para o Espírito Santo, e em 1940 o estado registrava pela primeira vez, desde a introdução da cafeicultura em seu território um saldo negativo entre o numero de imigrantes e de emigrantes do estado do espírito Santo.

2.1.2 A Implantação da Cafeicultura Capixaba

A atividade cafeeira inicio-se no Brasil, mais precisamente no estado do Rio de Janeiro, em meados do século XVIII, irradia-se para o Espírito Santo. Na segunda metade do século XIX, a cafeicultura passa a substituir os canaviais, tornando-se, progressivamente, a principal atividade absorvedora dos capitais disponíveis.

A cafeicultura capixaba desenvolveu-se pelo sul, apesar do primeiro plantio ter sido realizado, segundo historiadores, em Linhares, região norte, mas não prosperou. A atividade cafeicultora não se traduziu nesse início em um novo padrão de desenvolvimento econômico, mas em uma substituição interna no modelo primário exportador canavieiro. O café, naquele período, mostrava vantagens comparativas conquistando, progressivamente, áreas antes cultivadas com cana-de-açúcar. Toda a estrutura produtiva canavieira é reproduzida nos cafezais: o regime escravocrata e a grande propriedade monocultora.

Na segunda metade do século XIX, por volta do ano de 1870, a plantação cafeeira expandiu para o interior com uma concentração de cafezais no sul, principalmente no município de Cachoeiro de Itapemirim. Nessa época a estrutura da produção cafeeira era marcada por diferentes formas, de produção, ou seja, próximo à capital e na região centro serrana do estado, predominava a pequena produção e o trabalho familiar, enquanto na região sul, onde haviam se fixados grandes fazendeiros, oriundos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, predominava a grande fazenda escravocrata (BUFFON, 1992).

Com o fim da escravidão em 1888, na região sul do estado, o sistema escravocrata foi substituído em parte pelo sistema de parceria, que permitia ao colono o plantio de lavouras brancas, como feijão, mandioca, milho, além de criação de porcos, galinhas, etc., sem ter que fazer a divisão desses produtos com o proprietário da terra. No caso do café era combinado antecipadamente um percentual para o colono e o restante para o proprietário. Buffon (1992) faz a seguinte análise em relação ao sistema de parceria:

> Assim a substituição do trabalho escravo no Espírito Santo teve como pressuposto a abolição e o imigrante veio substituir nas fazendas de café uma forma de trabalho por outra. Como o potencial de acumulação era pequeno e consequente reduzida a necessidade de mão-de-obra, a introdução do trabalho livre resultou num sistema de parceria, sucedido pelo fracionamento das fazendas, não se constituindo num mercado de trabalho livre (BUFFON, apud Cosme, 1992. p. 10).

Conforme Almada (1981), em 1920 predominava no Espírito santo a pequena propriedade familiar já que nesse período 89,4% dos estabelecimentos agrícolas existentes no estado eram propriedades até 100 ha e apenas 0,3% tinham entre 1.000 a 5.000ha. Ocorrendo o oposto em São Paulo, onde as pequenas propriedades ocupavam 73,6% do número de estabelecimentos e 2,3% dos estabelecimentos tinham entre 1.000 e 5.000ha. Em São Paulo existiam ainda 0,3%

de número de estabelecimentos acima de 5.000ha, enquanto no Espírito Santo não existia nenhum, mostrando que no Estado a propriedade de terra era relativamente pouco concentrada.

Com o tempo, a cafeicultura se implanta de maneira mais vigorosa nas terras do sul, onde prevaleciam os baixos preços das terras, em sua maior parte ainda devolutas, com florestas de difícil penetração. A cultura do café repetiu no Espírito Santo o que tinha introduzida em outras regiões por onde passou, porem numa proporção infinitamente menor do que a verificada em São Paulo: a geração de excedentes econômicos que possibilitavam o investimento em outros setores da economia como ferrovias, estradas, navegação, bem como a fixação de numerosos núcleos de imigrantes. Tanto foi assim que no Espírito Santo o Estado patrocinou obras de infra-estrutura e foi até industrial.

Ainda segundo Almada (1981), um outro aspecto relevante na agricultura capixaba foi o baixo nível de ocupação das terras no Espírito Santo, pois apenas 28,6% da área total do estado eram ocupadas pelos estabelecimentos agrícolas recenseados, significando que em 1920, 71,4% das terras ainda eram devolutas e florestas virgens. Nesse período o café se firmava como o produto mais importante da cadeia produtiva capixaba, sendo plantado basicamente em pequenas propriedades, e alcançando índices extraordinários.

Segundo Buffon (1992), no inicio da década de 20 do século XX, as terras que eram cultivadas com as lavouras de café começam apresentam sinais de esgotamento produtivo, pelo seu uso excessivo. E na década de 30, terras que eram antes ocupadas por café começaram a ser ocupadas por pastagens, este fato ocorreu principalmente em fazendas de café do sul do estado e em menor numero em

propriedades da região Central-Serrana do estado.

Ainda segundo Buffon (1992), quando se observa o ritmo de expansão cafeeira no estado entre os anos de 1920 a 1960 verifica-se o inicio da fase de seu esgotamento entre as décadas de 40 e 50 do século XX.

> Entre 1920 e 1940 o estoque de cafeeiros do estado do Espírito Santo expandiu-se à taxa de 4,1 % a.a., enquanto que no período em exame (1940 – 1960) a expansão cafeeira apresenta um ritmo menor de crescimento (2,8% a.a.) (BUFFON, 1992. p. 214).

Segundo Rocha & Morandi (1991), a cafeicultura que sempre teve uma participação importante na economia do Estado gerando emprego e desenvolvimento, a partir de meados da década de 1940 sua importância se tornou mais acentuada em virtude da grande elevação dos preços no mercado internacional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os preços do café começaram a aumentar no mercado internacional mantendo esta tendência até meados dos anos 50 quando o café atingiu a sua mais alta cotação em 1954 (SOUZA FILHO apud GERLIN, 2000).

Nos anos 50, em decorrência do aproveitamento predatório de suas terras, o cultivo tinha baixo nível técnico o que agravou a já baixa fertilidade do solo, o setor agrícola começou a demonstrar sinais de exaustão e dificuldade de desenvolver novas culturas na lavoura.

Já entre 1954 e 1957 pratica-se uma política cambial de desvalorização da moeda nacional que aumentou a remuneração nominal dos produtores, provocando aumento da produção cafeeira brasileira e capixaba. Porém, os anos 60 mostraram-se dramáticos para a cafeicultura, fazendo dessa década um período de re-estruturação.

Os preços médios de exportação que eram de US$ 16,18 por saca de 60 kg em 1945, passaram para US$ 86,83 em 1954, um aumento de mais de 430% em dez anos. Esse fato estimulou o plantio de novas lavouras, promovendo um aumento de 74% do número total de cafeeiros no período de 1940 a 1960 (ROCHA E MORANDI, 1991).

Segundo Bacha apud Gerlin (1992) esta alta dos preços do café, foi uma consequência do fim do controle de preços estabelecido pelo Governo Americano e também pela ameaça infundada de geada na safra brasileira de 1953-1954 provocando uma grande procura mundial do produto para estoques que elevou significativamente os preços. Pouco depois com a notícia de que não houve quebra da safra os preços voltaram ao seu nível anterior. As safras não foram atingidas pela geada havendo uma queda brusca nos preços retomando o seu ponto anterior, e um aumento da produção cafeeira.

Esse aumento expressivo na produção não foi um fato isolado da cafeicultura capixaba, mas atingiu todos os estados produtores do país. Ocorreram safras extraordinárias, cuja produção era bem maior do que o mercado demandava. Dessa forma os preços internacionais começaram a cair acentuadamente a partir de 1954, passando de US$ 86,83 neste ano para US$ 38,27 em 1963, e persistindo até o final da década de 60 do século passado (ROCHA E MORANDI, 1991).

A partir de 1955 os preços do café começaram a cair e as safras eram cada vez maiores. E o Governo brasileiro temendo uma crise ainda maior comprava os excedentes para a manutenção de seus estoques. Entretanto com a super safra no período de 1958/59 a crise se manifestou de maneira muito clara e o Governo revelou a sua incapacidade financeira de continuar a comprar o café para aumentar

os seus estoques (BACHA apud GERLIN, 2000).

Os esforços governamentais para diversificar as fontes de renda foram muitos na década de 60 e o Estado do Espírito Santo fez doações de terrenos, promoveu a isenção de impostos e forneceu energia elétrica gratuita como forma de incentivos fiscais para a implantação de indústrias em solo capixaba. Assumiu também a gestão de estabelecimentos industriais e da infra-estrutura de energia e transporte (BUFFON, 1992).

A crise repercute fortemente sobre o desempenho da produção brasileira que mostra uma acentuada queda na produção cafeeira. No período de 10 anos 1958-1968, a produção anual capixaba decresce cerca de 10 milhões de sacas. Em 1962, o plano elaborado pelo GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, instituído por autoridades governamentais do Instituto Brasileiro do Café (IBC), é posto em prática, prevendo uma erradicação dos cafezais situados fora do zoneamento agrícola (regiões inaptas para o café) e que representassem produtividade inferior a 6 sacas beneficiadas/1.000 pés, considerada antieconômica.

Conforme relata Buffon (1992, p 195).

> ...a decadência da agricultura não só é anterior à erradicação dos cafezais, como também é capaz de explicar os próprios níveis que esta política alcançou no Estado. Fosse a cafeicultura capixaba, produtiva, competitiva e lucrativa no contexto nacional da erradicação não teria alcançado proporções tão marcantes como as verificadas no Espírito Santo.

Mas foi através do (GERCA-Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) entre junho de 1962 a agosto de 1966 que foram destruídos 723 milhões de pés de café brasileiros equivalentes a 818 mil hectares. Em terras capixabas foram extintos 68 milhões de pés de café liberando uma área de 51 mil hectares.

Em dezembro de 1963 foi criado o (AIC – Acordo Internacional do Café) e por causa deste acordo para sustentar os preços do café em dólares o Brasil teve de estabelecer um amplo programa de erradicação de seus cafeeiros deficitários

No período de 1966 a 1967 a erradicação no Brasil foi de 655 milhões de pés de café liberando uma área de 674 mil hectares. No Espírito Santo cerca de 235 milhões de pés de café foram destruídos o que correspondia a 35% do total de pés de café brasileiros erradicados (BUFFON, 1992).

No período em que a cafeicultura foi penalizada com a erradicação dos cafezais acelerou-se o êxodo rural especialmente em direção a Vitória facilitando assim ao processo de industrialização, porém provocou também a substituição de muitas áreas de cafezais por áreas de pastagens.

O resultado não poderia deixar de ser desastroso para o Espírito Santo. Aproximadamente 150 mil hectares de terras ocupadas pelo café foram liberados e empregos eliminados obrigando cerca de 180 mil pessoas a saírem do interior devido à extinção de emprego (ROCHA & MORANDI, 1991).

Tabela 01: Estimativa do desemprego de mão-de-obra ocasionado pelo programa de erradicação dos cafezais - Espírito Santo (1962-67).

Fatores de Desemprego e Recuperação	1ª Fase	2ª Fase	Total
1- Mão-de-obra liberada pela erradicação	14827	58643	73470
2-Reocupação por atividades alternativas	2639	10437	13076
2-1 Pastagens	1949	7708	9657
2-2 Milho	475	1878	2353
2-3 Arroz	8	31	39

Continuação

Fatores de Desemprego e Recuperação	1ª Fase	2ª Fase	Total
2-4 Algodão	28	112	140
2-5 Feijão	109	432	541
2-6 Mamona	40	159	199
2-7 Café	30	117	147
Saldo total	12188	42206	60394

Fonte: ROCHA & MORANDI, 1991-p 58.

Mas o desastre em termos de liberação de mão-de-obra pode ser medido por cerca de 30 mil famílias que migraram para a área da Grande Vitória sem a mínima infra-estrutura necessária para receber este grande número de pessoas (SILVA, 1976).

As consequências foram o grande inchaço populacional nos Municípios da grande Vitória que despreparados para tal problema viu-se num processo contínuo de formação de favelas, desemprego, falta de escolas, postos de saúde e hospitais. Esta situação era agravada com a crise econômica Estadual o que impossibilitava investimentos Estatais que diminuíssem o problema.

A política de industrialização em vigor no Espírito Santo nas décadas de 60 e 70 desencadeou os chamados Grandes Projetos Industriais marcando uma fase de transição da economia capixaba visando bloquear o esvaziamento econômico do Estado.

Com a crise que vivida pela cafeicultura procurou se incentivar outros setores da economia agrária capixaba. Como foi o caso da indústria madeireira serviu de

alternativa a economia então decadente. O norte do Estado dispunha de terras cobertas por florestas naturais onde existiam cedros, perobas, jequitibás e a maior concentração de jacarandás do planeta cujo valor comercial atraia parte do capital disponibilizado pela erradicação do café.

As indústrias madeireiras exportavam para a indústria mobiliária e para o setor da construção civil dos centros urbanos do País principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Outras alternativas como a cultura da mandioca, milho, feijão e arroz apresentaram tendências de crescimento na economia vigente. Mas nenhuma desempenhou um papel tão marcante quanto à cultura cafeeira.

O profundo abalo provocado pela política Federal de erradicação dos cafezais antieconômicos não foi compensado pelos programas de estímulo para a diversificação da produção agrícola o que levou o Espírito Santo a defrontar-se com graves problemas pertinentes a esta questão tal como o desemprego no campo (ARAÚJO FILHO, 1974).

O debate sobre o desenvolvimento do Estado, ganha notoriedade pública com o surgimento do Plano Trienal 1962, que tinha como premissa a preocupação com a localização das atividades econômica regionais. Já o Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966 visa a problemática econômica e regional mostra-se preocupado com a integração das ações regionais. O I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1972-1974, que fala da problemática Nacional, mostrando-se preocupado com a integração da agricultura e da indústria. E o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 1975-1979, preocupou com

a problemática setorial e com a criação de organismos polarizadores de desenvolvimento.

A economia capixaba segundo Araújo Filho (1974) precisava modernizar-se e exigia medidas decisivas dos poderes públicos. Para a elite local a saída estratégica para enfrentar o crescimento industrial do País e fomentar o desenvolvimento Estadual não parecia ser outra que não a industrialização.

Para isso várias iniciativas foram tomadas e dentre as quais se destacam os projetos de indústrias de siderurgia, mineração e metalurgia, de papel e celulose além de ter sido criada uma política de transportes naval e rodoviário.

Os recursos provenientes do (GERCA) na erradicação dos cafezais foram utilizados na criação de novas lavouras fundamentadas através de novas tecnologias. Assim tanto a pequena propriedade familiar quanto a grande propriedade comercial passaram a produzir dentro de padrões considerados mais avançados (SOUZA FILHO, 1990).

Alarmadas, as autoridades do Governo Estadual e o empresariado, em geral vinculado à atividade cafeicultora, passaram a pressionar os órgãos Federais e através de um acordo entre o Governo Estadual e IBC, foram repassados recursos que auxiliariam a retomada da atividade econômica estadual. E somente em 1969, passa a operar um mecanismo de incentivos fiscais vinculados ao governo estadual, com política nitidamente voltada para a industrialização e diversificação da economia cafeeira.

2.2 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPIXABA

Quando inicia a década de 70 do século XX, há um movimento lento, mas constante de transição de uma economia rural para uma economia industrializada, que foi marcada a partir de 1969 com criação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, FUNRES, direcionado para fomentar políticas voltadas para a industrialização e a diversificação cafeeira. A partir da segunda metade do século XX, portanto, ocorreram grandes transformações no setor agrícola, com mudanças na base técnica, integração da agricultura com a indústria e mudanças no processo de trabalho, que recebeu a denominação de modernização agrícola. A agricultura do estado foi altamente beneficiada com esse novo processo, principalmente a cafeicultura, como descreve Rocha & Morandi:

> A principal característica da "nova cafeicultura" foi que, tanto a pequena produção familiar como a grande produção capitalista, passaram a utilizar os mais modernos insumos e técnicas de produção no cultivo e beneficiamento do produto. A modernização resultou em uma maior produtividade e melhor qualidade do produto; a produtividade que no triênio 1972/1974 fora de 0,7 toneladas de café em coco por ha, passou a 1,21/ha no triênio 1984/86, com um crescimento de 71% (ROCHA & MORANDI, 1991, p.98).

Como vimos, a formação econômica do estado esta baseada na pequena propriedade agrícola, que teve sua origem nos movimentos migratórios europeus, e no cultivo do café, formando assim uma economia essencialmente agrícola. E foi a partir da década de 1970 que a economia estadual passou por profundas transformações, iniciando um processo de passagem de uma economia agrária para uma economia voltada para a industrialização.

A partir da década de 70 do século XX, as diretrizes econômicas passam a ser comandadas em sua maioria, pelo grande capital, de origem nacional ou estrangeira e privada ou estatal, permitindo dessa forma, que Espírito Santo se integrasse

definitivamente à dinâmica econômica nacional (ROCHA; MORANDI, 1991).

Segundo SOUZA FILHO, (1990), a modernização da agricultura capixaba ocorrida a partir dos anos de 1970 foi uma “modernização violenta”, se comparada com a modernização da agricultura nacional. A explicação para a utilização de tal expressão encontra-se na rapidez e na intensidade em que se processaram as transformações socioeconômicas no campo, após um período de acentuada estagnação econômica, a modernização capixaba se deu com certo atraso em relação o restante dos pais, iniciou-se de forma lenta para um segundo momento se tornar rápida e intensa.

Desde a conclusão do período marcado pela erradicação cafeeira no estado em 1967, até a metade da década 70, a agricultura capixaba viveu um período de reestruturação até que se estruturasse em novas bases a partir de 1975, quando a modernização da agricultura capixaba ganha efetivamente força.

O governo federal procurou fomentar a diversificação da agricultura nas regiões que foram afetadas pela erradicação cafeeira, através do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras. Este programa não teve a aceitação esperada dos agriculturas, graças aos poucos atrativos oferecidos. Esta política visava preencher as áreas que foram liberadas pela cafeicultura por plantações que gerassem alimentos. Mas o que ocorreu de fato no estado é que as áreas que a cafeicultura liberou foram utilizadas para a pecuária, atividade está que não absorveu os trabalhadores rurais liberados pela cafeicultura.

Quando os preços do café voltaram a se elevar no mercado internacional, a partir de 1975, novamente a cafeicultura retomou sua expansão em ritmo bastante acelerado. Só que agora com uma particularidade, a “expansão do café trouxe consigo uma

relativa modernização da cultura e deu-se, sobretudo com a espécie *conillon*, em detrimento da *arábica* (ROCHA, 1998, p. 57)". O café *conillon* além de ser uma espécie mais resistente, adequada para as regiões mais quentes, como o norte do estado, apresenta maior produtividade, configurando-se dessa forma, como fatores atrativos para difusão da espécie. A cafeicultura passou a utilizar técnicas mais modernas, possibilitada também pela política de créditos do governo federal.

Um dos indicadores que pode ser usado para verificar o crescimento tecnológico ocorrido na agricultura capixaba pós década de 70 é o aumento ocorrido no número de tratores no estado, passando de 508 unidades em 1960 para 10.995 em apenas trinta e cinco anos, isto representa um aumento geral de 21.64 vezes, mas se observado o aumento do uso de tratores no estado em relação às propriedades com até 50 ha pode se concluir que a mecanização ocorreu de forma intensa nas pequenas propriedade, onde o numero de tratores passou de 85 unidade em 1960para 4882 unidades em 1995/96, o que representa um aumento de 57,44 vezes no numero tratores nas pequenas propriedades agrícolas do estado (tabela 02).

Tabela 02: NÚMERO DE TRATORES NO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DE 1960 À 1995/96

Grupos de Área (ha)	1960	1970	1980	1985	1995
Menos de 10	13	16	116	286	871
10 a 50	72	192	1242	2672	4011
50 a 100	101	229	960	1830	1985
100 a 500	204	417	1876	2736	2879
500 a 1000	62	119	479	576	596
Mais de 1000	56	158	655	979	653
Total	508	1131	5328	9079	10995

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1960, 1970, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C. (2004, p.63)

Segundo BERGAMIM (2004), outro indicador que pode auxiliar na compreensão de como que eram usados os equipamentos no inicio da modernização da agricultura capixaba e se for comparado a media de alqueires que um trator trabalhava no inicio em 1975; um trator trabalhava em média no Espírito Santo 1997 (ha), enquanto que a média nacional para o período era de 1002 (ha), o que representa uma utilização de 99% maior do que a área trabalhada por trator no estado, mas se for feita a mesma comparação para o período de 1959/96, pode ser verificado que a utilização de trator por alqueires no estado esta 28% abaixa da utilização nacional (tabela 03).

Tabela 03: BRASIL E ESPÍRITO SANTO: ÁREA MÉDIA (HA) EXPLORADA POR TRATOR - PERÍODO 1975 À 1995/1996

Local/Período	1975	1980	1985	1995/1996
Brasil	1002	669	563	440
Espírito Santo	1997	712	422	317

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários/ES: 1970, 1980, 1985 e 1995/96.

Elaboração: BERGAMIM, M. C. (2004, p.63)

Mesmo a após a passagem de uma economia rural para industrializada a cafeicultura continuou sendo importante para a economia estadual e manteve sua participação em cerca de 2,87% do PIB do estado no período de 2002 a 2007(tabela 04). O café tem sido o produto agrícola de maior expressão no comercio capixaba desde meados do século XIX até o inicio do século XXI.

Tabela 04: PIB do estado do Espírito Santo e o PIB da cafeicultura capixaba em milhões de reais no período de 2002 a 2007.

ANOS	PIB ES (R$ milhões)	Taxa Anual Cresc. Real - ES %	PIB CAFÉ do ES (R$ Milhões)	PIB café ES/ PIB ES (%)
2002	26.756	-	710	2,65
2003	31.064	1,5	942	3,03
2004	40.217	5,8	1.075	2,67
2005	47.223	4,3	1.279	2,71
2006	52.778	7,7	1.568	2,97
2007	60.340	7,8	1.924	3,19

Fonte: CETCAF, ISNJ, IBGE. Elaboração: Jackson R. de Oliveira

O processo de reestruturação cafeeira praticamente não avançou na década de 80 do século XX, mas na ultima década deste século e nos primeiros anos do século XXI a cafeicultura capixaba sofreu um forte avanço tecnológico, e a produção de café passou de 3.390.000 sacas (1 saca pesa 60 kg) em 1992 para uma produção de 10.114.000 sacas em 2009 o que correspondeu a um aumento de 2,98 vezes de produção em um período de 18 anos. Quando a evolução dos preços no mesmo período de 1992 a 2009, estes tiveram um aumento de aproximadamente 82% passado de uma média em 1992 de R$101,32 a saca para R$184,49 a saca em 2009, conforme a Tabela 05.

Tabela 05: Produção cafeeira em sacas de 60 quilos e preço (R$) médio do café no estado do Espírito Santo, no período de 1992 a 2009.

DATA	SAFRA (SACA de 60 Kg)	PREÇO MÉDIO (R$)
1992	3.390.000	101,32
1993	3.720.000	104,78
1994	3.608.000	108,61
1996	4.970.000	111,42
1997	3.427.000	153,33
1998	5.070.000	142,18

Continuação

DATA	SAFRA (SACA de 60 Kg)	PREÇO MÉDIO (R$)
1999	4.486.000	138,44
2000	6.251.000	130,17
2001	7.890.000	88,82
2002	9.880.000	106,59
2003	7.260.000	111,15
2004	7.620.000	128,26
2005	8.070.000	147,07
2006	9.009.000	169,88
2007	9.583.000	194,46
2008	10.230.000	207,48
2009	10.114.000	184,49

Fonte: CETCAF, CCCV. Elaboração Jackson R. de Oliveira

Mas mesmo a economia do estado do Espírito santo tendo se transformado em uma economia industrializada a partir de 1970, vários municípios do estado continuaram tendo na base da sua economia a agricultura realizada em pequenas propriedades agrícolas, e é neste contexto que analisaremos no próximo capitulo o município de Domingos Martins.

3 O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

O objetivo deste capítulo é verificar como está organizada a estrutura sócio econômica regional e como se encontra a pequena propriedade agrícola da região Sudoeste Serrana do Estado do Espírito Santo.

Com o intuito de alcançar este objetivo optou-se por analisar o município de Domingos Martins, cuja escolha não se fez por acaso. Em 2004 cerca de 90% das suas propriedades eram consideradas de pequeno porte (2 a 25 hectares) isto caracterizou o município como sendo o município de maior índice de pequenas propriedade agrícolas do estado naquele ano.

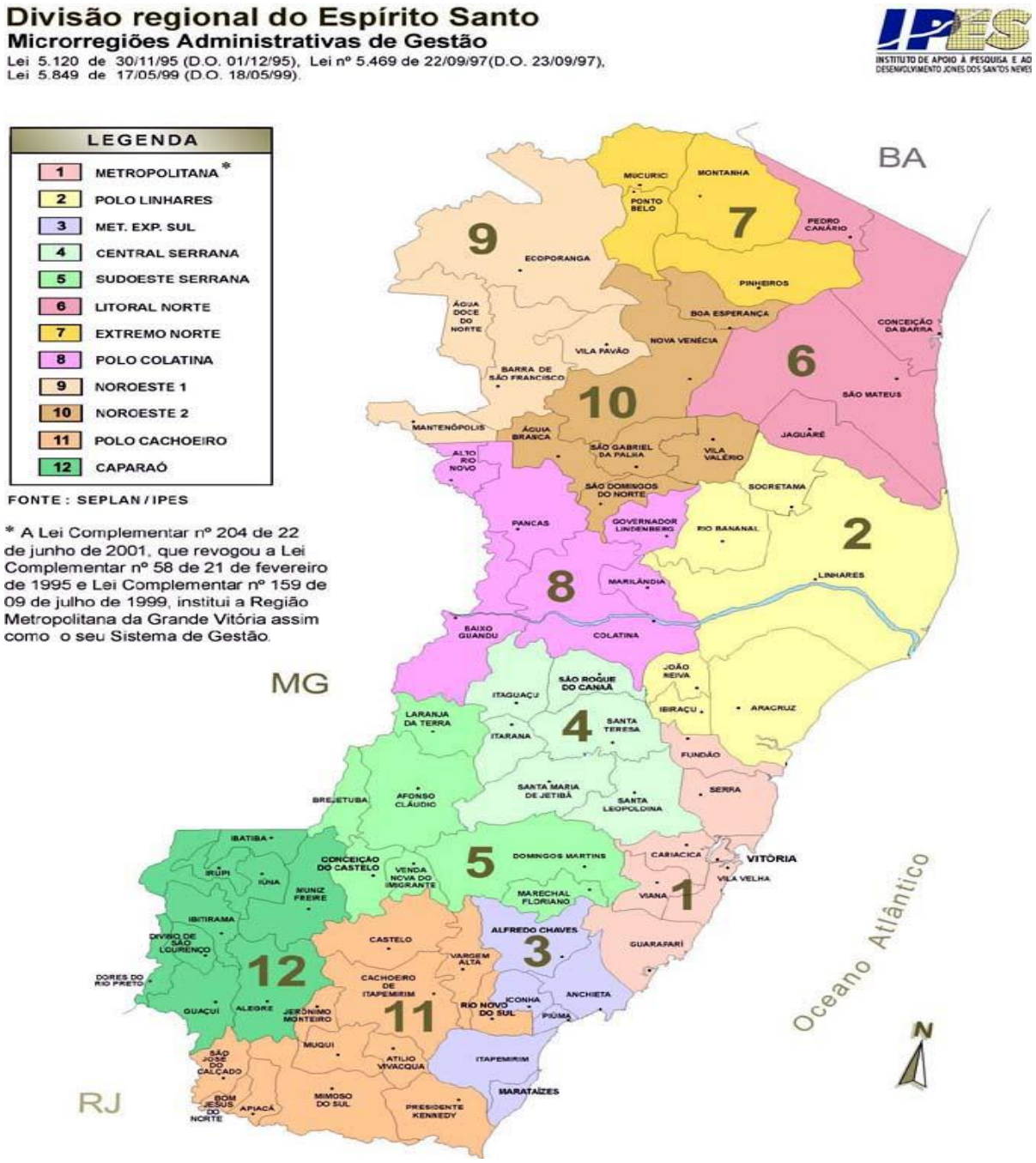
Para alcançar o referido objetivo verificar-se-á quais são as características principais do município, bem como qual foi a trajetória da sua formação, para em seguida analisar alguns dos indicadores municipais.

Um indicador que muito auxilia para compreender a estrutura sócio econômica é o estudo da distribuição demográfica de determinada região.

No caso da região que está em estudo, esta se caracteriza por ser uma população que se concentra na zona rural do município, no item “população” veremos como a população municipal se comportou no período compreendido entre 1970 e 2000.

Outro item que foi alvo de análise foi o comportamento econômico. A idéia inicial era realizar estudos separados da economia em geral e da agricultura, mas no decorrer do estudo constatou se que ambos os campos de conhecimento se fundem, tendo em vista que a atividade econômica está voltada para o setor agrícola e por isto

optou-se por demonstrar o estudo de ambas em um único item denominado “economia”.



Fonte: http://www.es.gov.br/site/Espirito_santo/mapas.aspx

Figura 1 - Divisão Regional do Espírito Santo

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Domingos Martins está localizado na Microrregião Geográfica Sudoeste Serrana do Estado do Espírito Santo. A sede do Município, a 542 metros de altitude, está apenas a 43 km de Vitória capital do estado. A BR-262 liga as duas cidades (BIGOSSI, 1992).

A área geográfica do Município é de aproximadamente 1.134 Km^2 e quanto aos limites, conforme se observa no mapa:

- Ao Norte: Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina;

- Ao Sul: Vargem Alta, Alfredo Chaves e Marechal Floriano;

- A Leste: Viana e Cariacica;

- A Oeste: Castelo e Venda Nova do Imigrante.

O município possui muitos rios e montanhas. A Sede tem altitude de 542 m, mas no município há picos acima de 1.800 metros. Possui clima ameno com temperaturas variando entre 8° e 28°.

O município foi fortemente colonizado por alemães e pomeranos. É predominantemente dependente da agricultura familiar, com destaque para a produção de café e de hortigranjeiros.

A religião predominante é a Católica Apostólica Romana. Possui uma malha rodoviária de cerca de 10.200 Km^2 que cortam município em vários sentidos, sendo esta 95 % de terra batida, e a principal ligação do município e feita através da BR 262 que corta o mesmo.

No que tange a questão da qualidade do desenvolvimento humano, uma das referencias mais usadas é o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, este índice é obtido a partir de três sub itens, educação, longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda. O IDH varia de 0,000 (nenhum desenvolvimento humano) a 1,000 (total desenvolvimento humano), Domingos Martins no ano de 2000 apresentava o 34° melhor IDH do Estado, com um valor de 0,736.

3.2 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

Domingos Martins é um município que apresenta a sua economia e a sua população voltadas para a atividade agrícola. Para entender como em pleno século XXI o município que está apenas a 47 Km da capital do estado e que é fronteirante direto com a região denominada de Região da Grande Vitória- RGV, região que absorve a maior concentração populacional do Estado, faz se necessário entender como se deu o processo de formação do município de Domingos Martins.

A colonização do município aconteceu com a vinda de imigrantes que chegaram ao estado em 21 de dezembro de 1846, sendo composta por um total de 39 famílias, que se distribuíram segundo a sua crença religiosa em 23 famílias Católicas e 16 Evangélico-Luteranos (www.domingosmartins.es.gov.br).

À procura de um lugar melhor, os colonos foram subindo, margeando o braço Norte do Rio Jucu e se instalaram no ano de 1847 à margem desse rio na serra da Boa Vista que hoje é o Km 34 da BR 262 onde construíram no alto do morro uma capela.

Nestes dois locais foram construídas posteriormente no ano de 1937 duas cruzes

monumentais em homenagem as trinta e nove famílias que por ali passaram deixando os seus mortos e glorificando a Deus. Isso vem a ser o marco da colonização alemã em Domingos Martins (SANTOS, 1992).

A Serra de Boa Vista ainda não era o melhor local para os colonos. Então eles foram subindo em direção as montanhas e lá chegando dividiram-se em duas vilas. Uma Católica que se chamou Santa Isabel e outra Luterana que se chamou Campinho.

Na Serra de Boa Vista os colonos procuraram nas proximidades do rio uma área de terra própria para o plantio, mediram a área e a dividiram em trinta e nove partes. Fizeram trinta e nove papeletas numeradas, colocaram-nas num chapéu e sortearam entre as famílias. (www.domingosmartins.es.gov.br).

A construção das primeiras casas foi realizada pelos colonos na Serra de Boa Vista em conjunto ou em mutirão. Após um período de seis meses cada família já tinha a sua própria casa. Essas foram provisórias, pois dali eles foram para Santa Isabel e depois para Campinho onde permaneceram.

A colônia de Santa Isabel foi progredindo gradativamente e em 20 de outubro de 1893, a colônia foi desmembrada do município de Viana tornando-se através do Decreto Estadual n°39, passou a ser Município de Santa Isabel.

Em 20 de dezembro de 1921, através do decreto-lei n° 1.307, o nome do município passou de Santa Isabel para Domingos Martins em homenagem ao Capixaba Domingos José Martins, que foi o líder da Revolução Pernambucana de 1817. Atualmente o município e formado por 5 distritos: Sede, Aracê, Isabel, Melgaço e Paraju (www.domingosmartins.es.gov.br).

Um fato interessante sobre o município é que todo dia 12 de junho, a sede do governo do Estado é transferida para Domingos Martins, este fato é uma homenagem prestada a memória de Domingos José Martins, e vem ocorrendo desde 12 de junho de 1978.

Através da Lei n° 4.571 de 31/11/1991, os distritos de Marechal Floriano e Araguaia se emanciparão formando o município de Marechal Floriano.

Atualmente o município de Domingos Martins possui uma área de 1.134 km^2, divida em 5 distritos: Aracê, Melgaço, Paraju, Santa Isabel e Sede.

3.3 A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS

Um dos aspectos que muito nos auxilia para podermos entender como se configurou e como se comportam as variáveis sócio-econômicas é realizar o estudo da população dentro da área geográfica que se pretende analisar.

Como vimos no segundo capitulo, o Estado tinha desde o período de sua formação até início dos anos de 1960 sua atividade econômica voltada quase que exclusivamente para o setor agrícola, e por isto sua população estava concentrada no interior caracterizando-se como um Estado de população rural.

Nos anos 70 o Estado começou a se industrializar e consequentemente isto levou a um movimento migratório do interior para as cidades e o Estado passou a ter em 1970 população quase que equilibrada entre pessoas que habitava a zona rural e a pessoas que habitavam o meio urbano.

Na década de 80 o Estado passou a ter a maior parte da sua população residindo no meio urbano 64% e no ano de 2000, 80% da população do Estado já estava residindo no meio urbano (gráfico 01). Em apenas meio século a geografia demográfica do Estado passou por uma inversão. No inicio da década de 1940 a população capixaba era basicamente rural, já no ano de 2000 a população passou a ser predominantemente urbana.

Fonte: IPEA DATA, IBGE. Calculo e Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 01: População rural e urbana do Espírito Santo, período 1970 – 2000.

Outro fato que ocorreu, é que o movimento migratório foi direcionado para a região no entorno da Capital, região esta que é conhecida como Grande Vitória que compreende os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana e Fundão. Em 30 anos esta região teve um imenso crescimento populacional e expandiu em 3,46 vezes o número de habitantes, enquanto que a população do Estado apenas dobou de tamanho (tabela 06).

Tabela 06: População do Estado do Espírito Santo e da Grande Vitória, período 1970-2000.

Local	1970	1980	1991	1996	2000
Grande Vitória	385.998	706.244	1.064.919	1.182.354	1.337.187
Espírito Santo	1.599.324	2.023.338	2.600.618	2.802.707	3.097.232

Fonte: IBGE, senso de 2000. Construção: Jackson R. de Oliveira.

Já o quadro demográfico do município de Domingos Martins não reflete as mesmas mudanças ocorridas no Estado, houve um movimento migratório da zona rural para a zona urbana mais intenso no período de 1970 e 1980 e o percentual da população que habitava a zona rural caiu de 85% para 81%. Mas este movimento migratório não abalou a característica de município de população rural, no período compreendido entre 1980 e 2000 o percentual da população que ocupava a zona urbana permaneceu praticamente estável em 19% (Gráfico 02).

Fonte: IBGE, senso de 2000. Construção: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 02: População do município de Domingos Martins, dividida em rural e urbana, período de analise 1970 a 2000.

No período de 1970 a 2000, a população do Estado praticamente dobrou passou de 1.599.324 habitantes em 1970, para 3.097.232, um crescimento de 93%, já a

bastante visível a partir dos anos de 2006 em diante.

De acordo com o IJSN (2009) o período considerado no PIB Municipal (a partir de 1999) envolve justamente os anos de pior desempenho da Agropecuária no PIB estadual, a princípio em função da baixa de preços do café (1998-2002/preços pagos ao produtor).

Em 2003 houve uma recuperação importante nesses preços, que, no entanto, foi absorvida pela conjuntura macroeconômica desfavorável daquele ano, quando o aumento nos preços dos insumos, aliado à seca ocorrida no norte do Estado, anulou os efeitos positivos do aumento de preços do café.

O ano de 2004 voltou a apresentar uma variação positiva de preços, aliada a um crescimento de produção de 8% para o Estado.

Observando a tabela 10 verificamos que o setor que alavancou a economia do Município de Domingos Martins no período compreendido entre 2003 e 2006 foi o setor de agropecuária que teve uma expansão de 54% em valores.

Já indústria teve uma expansão de apenas 30% em valores, mas se avalia o setor industrial comparando com a participação nos demais setores, observa-se que esta atividade sofreu uma queda na sua participação municipal, pois em 2003, representava 13,35% e em 2006 apenas 12,67% e o mesmo ocorreu com o setor serviços que é o setor que engloba a prefeitura municipal teve uma variação de 29% em valores correntes, mas na participação total passou de 54,31% em 2003 para 51,00% em 2006.

Fonte: IBGE. Construção: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 04: PIB do município de Domingos Martins, distribuído segundo setor econômico, no período de 2003 a 2006.

Tabela 10: PIB do município de Domingos Martins, distribuído segundo setor econômico, no período de 2003 a 2006.

Setor	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%
Agropecuária	53.847	32,34	61.800	32,68	72.945	34,73	83.433	36,34
Indústria	22.237	13,35	26.720	14,13	32.509	15,48	29.084	12,67
Serviços	90.442	54,31	100.590	53,19	104.593	49,80	117.101	51,00
Total	166.526		189.110		210.046		229.618	

Fonte: IBGE. Construção: Jackson R. de Oliveira.

Segundo dados do IBGE, a grande parcela da população martinense esta voltada

para atividade econômica agropecuária que responde por quase ¾ dos empregos formais. Correspondia a 71,1% (tabela 11) dos empregos do município, que são as áreas de extração vegetal, pecuária, silvicultura, agricultura em geral.

Outra atividade que se agrega no emprego da população no município é a atividade de comércio e reparação, como pequenos comércios varejista (mercearia), oficinas mecânicas de reparos automotivos. Esta atividade ocupava 4,5% dos empregados formais, já os empregos formados pela atividade de prestação de serviço ocupam a segunda posição na absorção de mão de obra formal com um percentual de ocupação de 17,6%, esta atividade engloba os servidores da prefeitura municipal.

Tabela 11: Distribuição setorial do emprego formal 2006

Atividade Agrupadas	Percentual (%)
Atividades agropecuárias	71,1
Atividades Indústrias	6,4
Comercio e reparação	4,5
Atividades de prestação de serviço	17,6
Atividades mal especificadas	0,4
Total	100

Fonte: IBGE Micro dados do senso 2000.

Quando se observa a distribuição potencial de massa salarial por intermédio da

Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, no ano de 2006, no município de Domingos Martins, constatava-se que a atividade agropecuária que tem maior participação ocupa na CNAE a terceira posição ao lado de atividade do comércio e reparo automotivo de automóveis e motocicletas, com 12,3%.

Esta variação se dá, devido a grande maioria da atividade agropecuária do município se realizar na pequena propriedade agrícola que não remunera diretamente os participantes da atividade, pois quase sempre a propriedade é de cunho familiar por isto não há remuneração mensal.

Seguindo a classificação da CNAE, o seguimento municipal de atividade remunerada que se destaca é a administração pública, defesa e seguridade social, que corresponde a um percentual de 31,9% de toda a folha salarial do município.

É como dizem na região, o grande “patrão” do município é o prefeito. Ocupando o segundo lugar das atividades que mais remunera a população do município está a indústria de transformação com um percentual de 19,8% (tabela 12), o grande expoente desta indústria de transformação e a fabrica de “refrigerantes coroa”, que esta sitiada na sede do município.

Tabela 12: Distribuição Setorial da Massa salarial 2006.

Atividade - Seção CNAE	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	12,30
Indústria de transformação	19,80
Eletricidade e gás	0,50
Construção	2,20

Continuação

Atividade - Seção CNAE	%
Comércio: reparação de veículos automotores e motocicletas	12,30
Transporte, armazenamento e correio	1,40
Alojamento e alimentação	6,00
Informação e comunicação	2,60
Atividade financeira, de seguros e serviços relacionados	5,10
Atividade imobiliária	0,00
Atividade profissional, cientifica e técnicas	0,20
Atividade administrativa e serviços complementares	1,00
Administração pública, defesa e seguridade social	3,10
Educação	0,80
Saúde humana e serviços sociais	2,40
Artes, cultura, esportes e recreação	0,10
Outras atividades de serviços	1,20
Serviços domésticos	0,20
TOTAL	100,00

Fonte dos dados: Mte/RAIS

Em relação à faixa de rendimentos da população ocupada Domingos Martins 2000, nota-se que no município a característica é agrícola e a sua agricultura é de cunho familiar e por isto as pessoas que trabalham nas propriedades não têm uma renda

fixa. Esta parcela da população representa 27% das pessoas que fazem parte da população economicamente ativa do município, e no ano de 2000, possuía 24.771 pessoas, entre as pessoas que recebem mensalmente pelo seu serviço, 45% destes trabalhadores recebem entre ½ e 2 salários mínimos, o rendimento médio mensal da população em 2000 foi de R$ 649,70, neste ano a média salarial masculina foi de R$ 672,20 e a média salarial feminina de R$ 615,60, o que nos mostra que os homens receberam em média 9% a mais que as mulheres (Tabela 13).

Tabela 13: População Ocupada, segundo faixa de rendimento de todos os trabalhos 2000.

Faixa de renda mensal em salários Mínimos	Total de população ocupada	População ocupada de 10 a 14 anos	População ocupada de 15 a 24 anos	População ocupada de 60 anos e mais
Sem Rendimentos	4.290	704	1.589	273
Até 1/2 SM	1.523	140	311	223
Mais de ½ a 1 SM	4.066	90	1.288	244
Mais de 1 a 2 SM	4.240	31	1.072	273
Mais de 2 a 3 SM	1.213		180	60
Mais de 3 a 5 SM	1.052		123	45
Mais de 5 a 10 SM	1.061		56	69
Mais de 10 a 20 SM	349		18	22
Mais de 20 a 30 SM	29			
Mais de 30 SM	128			10
TOTAL	17.952	965	4.636	1.218

Fonte: IBGE. Microdados censo 2000.

Na região serrana, as áreas produtoras de hortifrutigranjeiros caracterizam-se pela predominância de pequenas propriedades, baseada na mão-de-obra familiar e de localização próxima ao mercado consumidor da Grande Vitória, dividindo com a cafeicultura a primazia da importância agrícola nos principais municípios produtores.

A maior parte da produção concentra-se em altitudes entre 600 e 1.200m, onde predominam produtores de origens alemã e italiana, em terras de temperaturas mais frias e íngremes (IPES, 2007).

O Município de Domingos Martins tem no setor primário da economia sua principal fonte de emprego. Os gêneros agrícolas cultivados são comercializados no próprio Município, nos Municípios vizinhos, na Região Metropolitana da Grande Vitória e em outros Estados do País.

O principal produto cultivado no município é o café da espécie “Arábica”, desde a chegada dos imigrantes no século XIX, que o café é produzido nas propriedades e ainda é produzido sob o regime de agricultura familiar.

Quando observa-se o parque cafeeiro martinense, no período compreendido entre 2003 e 2007, nota-se que basicamente este não sofreu alteração na sua área plantada passando de 7000 hectares em 2003, para 7206 hectares em 2007.

Mas se extrairmos o ano de 2007 da análise observaremos que ocorreu um aumento da área plantada em torno de 10 %, em apenas 4 anos de 2003 a 2006. Como em 2006 os preços dos insumos (adubos, fertilizantes) estavam altos e o preço do café estava em baixa muitas das propriedades abandonaram as lavouras de café ou migraram para outras culturas.

Observando a produtividade no mesmo período é possível constatar que a produção aumentou passando em 2003 de 7.098 toneladas para 8.122 toneladas em 2004 e o auge do período 9.070 toneladas em 2005, já em 2006 ocorreu uma queda na produção de 28% em relação à produção do ano anterior, esta queda na produção é um fato normal, tanto que a área plantada teve uma redução em vista que a produção do café é basicamente bianual, ou seja, um ano carrega muito e no outro ano a produção é pouca, e quando se compara a produção de 2005 com 2007 observa-se que ocorreu uma queda na safra em trono de 35% da produção (Tabela 14).

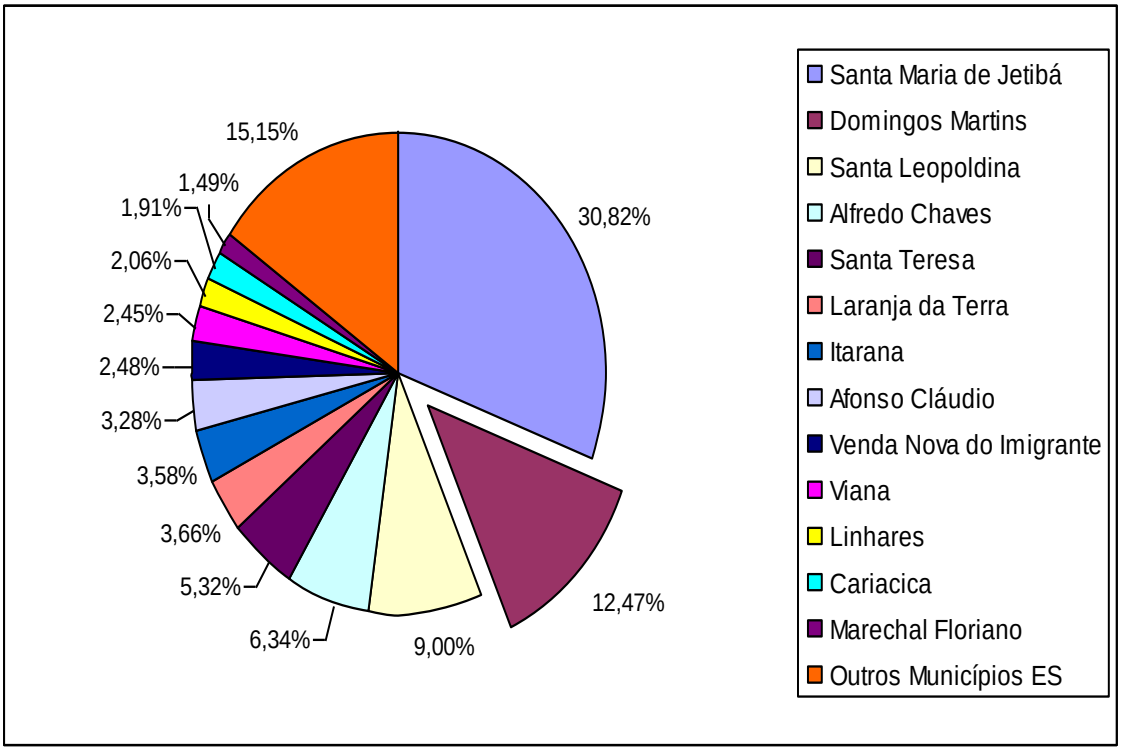
Tabela 14: Produção e área plantada de café no município de Domingos Martins, período 2003 a 2007.

	2003	2004	2005	2006	2007
Hectares	7.000	6.960	7.420	7.710	7.206
Toneladas	7.098	8.112	9.070	6.610	5.952

Fonte: IBGE censo agropecuário 2000.

Como o município está próximo da Região da Grande Vitória é normal que aproveitasse o seu potencial agrícola e se tornasse um dos principais fornecedores de hortifrutigranjeiros da RGV, e segundo dados das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo CEASA-ES, que possuía em setembro de 2009 um total de 395 produtores rurais com procedência do município de Domingos Martins, principalmente das localidades de Aracê, Melgaço, Biririca, Caxixi e Galo.

O município de Domingos Martins ocupa o 2º lugar no ranking dos municípios que mais contribuem com a oferta de produtos hortigranjeiros na CEASA/ES, respondendo por cerca de 7,35% do total de produtos ofertados na CEASA/ES em 2008 e por 12,47% da produção hortigranjeira do Estado do Espírito Santo.



Fonte: Setor de Estatística da Ceasa/ES.

Gráfico 05: Participação de Domingos Martins na Oferta de Produtos Hortigranjeiros no Mercado Atacadista da CEASA/ES, com origem no estado do Espírito Santo no ano de 2008.

O ranking dos dez principais produtos enviados para o mercado em 2008 é: Banana Terra, Tomate Longa Vida, Tangerina Ponkan, Repolho híbrido, Inhame, Aipim,

Banana Prata, Couve flor Branca, Pimentão, Banana Nanica. A Tabela 15 traz a listagem dos dez produtos mais ofertados pelo Município no mercado da CEASA/ES, desde 2002.

Tabela 15: Lista dos principais produtos de maior oferta na CEASA/ES, desde o ano 2002, pelo Município de Domingos Martins.

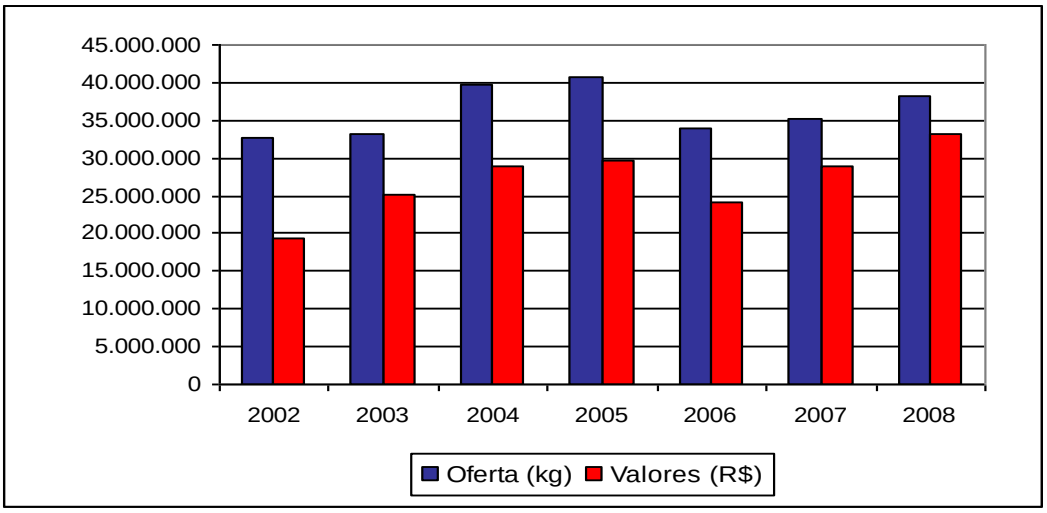
PRODUTOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Banana Terra	7.175.505	6.006.435	8.545.914	10.366.632	8.327.132	9.014.090	8.230.540
Tomate Longa Vida	7.328.486	7.732.376	7.805.754	7.274.278	7.313.406	6.906.856	7.093.834
Tangerina Ponkan	1.221.775	1.632.650	3.124.226	2.263.954	2.795.336	2.650.731	4.293.109
Repolho Híbrido	2.928.662	2.768.550	3.107.500	2.781.035	2.430.500	1.933.550	2.571.800
Inhame	1.194.300	1.095.780	1.278.620	1.329.780	896.898	1.524.216	2.205.060
Aipim	861.780	758.720	789.500	824.400	605.686	1.032.874	1.808.768
Banana Prata	1.612.275	1.434.960	2.128.020	2.099.660	1.474.903	1.212.484	1.222.434
Couve flor Branca	643.338	527.040	433.836	529.416	714.978	821.511	1.033.749
Pimentão	728.101	700.711	735.020	824.846	734.319	835.038	916.445
Banana Nanica	806.295	810.711	1.169.000	1.340.840	901.004	851.550	861.244
Outros	8.242.275	9.750.213	10.535.223	11.170.191	7.706.084	8.294.478	7.954.729
TOTAL	**32.742.792**	**33.218.146**	**39.652.613**	**40.805.032**	**33.900.246**	**35.077.378**	**381917**

Fonte: Setor de Estatística da Ceasa/ES.

A oferta de produtos pelo município de Domingos Martins no mercado atacadista da CEASA/ES aumentou 16,7% entre 2002 e 2008, apesar de um aumento entre 2002-

2005, com queda em 2006 e aumento a partir deste ano até 2008.

Os valores obtidos com a comercialização também aumentaram, passando de pouco mais de 19,3 milhões de reais em 2002 para 33,2 milhões de reais em 2008, aumento de 71,9% neste período, acompanhando a variação da oferta.



Fonte: Setor de Estatística da Ceasa/ES.

Gráfico 06: Evolução da oferta e dos valores obtidos com a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no mercado atacadista da CEASA/ES, ao longo da série histórica de 2002 a 2008.

Além de fornecer seus produtos para a CEASA/ES, Domingos Martins também exporta para outros Estados como Minas Gerais (CEASAMINAS) e Rio de Janeiro (CEASA-RIO).

Dados da CEASAMINAS informam que os principais produtos de procedência de Domingos Martins/ES são: Tomate Santa Cruz, Tomate Longa Vida, Repolho Híbrido, Inhame, Banana Maçã, Banana Terra e Banana Nanica.

A Tabela 16 descreve a oferta dos principais produtos de Domingos Martins em todas as unidades da CEASAMINAS, no histórico de produtos comercializados na

CEASAMINAS no período de 2002 a 2008 é possível observar que o volume de mercadorias oferecidas está em declínio.

É atribuída a uma melhora nos preços pagos pelo mercado da CEASA-ES, esta elevação dos preços é decorrente do aumento do consumo de hortigranjeiros pela RGV, e por causa desta elevação dos valores médios dos produtos é que a oferta para a CEASAMINAS e também para a CEASA-RIO diminuiu.

Tabela 16: Produtos ofertados na CEASAMINAS por Domingos Martins na Série Histórica de 2002 a 2008.

Produtos	Quantidades (kg)	%	Preços Médios	Valores
2002				
BANANA TERRA	1.940.471	26,64	0,73	1.425.741,31
TOMATE SANTA CRUZ	1.493.089	20,49	0,45	675.437,53
REPOLHO HÍBRIDO	865.250	11,87	0,21	180.347,50
INHAME	702.527	9,64	0,35	244.385,96
BANANA MAÇÃ	417.200	5,72	0,93	389.038,60
Outros	1.865.346	25,33		1.333.371,36
Total	**7.283.883**	**100,00**		**4.248.322,26**
2003				
BANANA TERRA	1.491.310	26,67	0,93	1.381.825,90
REPOLHO HIBRIDO	700.625	12,53	0,24	169.944,75
BANANA MACA	527.076	9,42	1,08	568.007,84
TOMATE SANTA CRUZ	516.593	9,23	0,52	267.432,00
INHAME	306.497	5,48	0,63	192.986,92
Outros	2.049.128	36		1.817.572
Total	**5.591.229**	**100**		**4.397.769,10**

Continuação

Produtos	Quantidades (kg)	%	Preços Médios	Valores
		2004		
TOMATE SANTA CRUZ	1.345.812	23,26	0,7	945.366,54
BANANA TERRA	1.343.830	23,23	1,07	1.433.597,64
INHAME	796.272	13,76	0,61	485.202,88
REPOLHO HIBRIDO	695.835	12,02	0,28	197.644,16
BANANA MACA	229.900	3,97	1,68	385.131,43
Outros	1.372.662	23,47		1.209.972,49
Total	**5.784.311**	**100,00**		**4.656.915,14**
		2005		
BANANA TERRA	1.650.394	39,86	0,93	1.527.326,51
TOMATE SANTA CRUZ	1.015.730	24,53	0,68	691.188,04
BANANA MACA	358.100	8,65	1,44	515.914,36
REPOLHO HIBRIDO	344.950	8,33	0,31	105.338,20
INHAME	305.310	7,37	0,63	193.389,80
Outros	465.331	11,06		382.263,43
Total	**4.139.815**	100		**3.415.420,34**
		2006		
BANANA TERRA	974.020	30,37	1,1	1.072.454,21
REPOLHO HIBRIDO	631.650	19,7	0,31	194.446,37
TOMATE LONGA VIDA	376.640	11,74	0,67	250.614,38
TOMATE SANTA CRUZ	315.370	9,83	0,68	215.428,79
BANANA MACA	313.380	9,77	1,34	419.933,45
Outros	595.083	18,44	29,86	591.725,64
Total	**3.206.143**	100,00		**2.744.602,84**
		2007		
TOMATE LONGA VIDA	910.338	23,52	0,87	789.820,46
REPOLHO HIBRIDO	721.900	18,65	0,37	269.194,23

continuação

Produtos	Quantidades (kg)	%	Preços Médios	Valores
INHAME	706.200	18,24	0,79	554.875,04
BANANA TERRA	523.094	13,51	1,19	624.984,18
TOMATE SANTA CRUZ	404.756	10,45	0,82	333.778,75
Outros	604.196	15,44		871.621,05
Total	**3.870.484**	**99,99**		**3.444.273,71**
	2008			
TOMATE LONGA VIDA	1.486.212	52,05	1,13	1.685.618,99
INHAME	652.190	22,84	0,85	555.686,32
TOMATE SANTA CRUZ	311.696	10,91	1,11	345.827,46
REPOLHO HIBRIDO	209.850	7,34	0,34	72.251,84
BANANA TERRA	37.800	1,32	1,63	61.772,56
Outros	157.374	5,39		219.318,00
Total	**2.855.122**	**100,00**		**2.940.475,17**

FONTE: CEASA-ES, 2009.

De acordo com as estatísticas da CEASA-RIO os principais produtos de origem de Domingos Martins enviados para os mercados cariocas são: Inhame, Tomate Santa Cruz, Tangerina Ponkan, entre outros, conforme Tabela 17.

Tabela 17: Produtos ofertados por Domingos Martins na CEASA/RJ em 2008

PRODUTO	QUANTIDADE (kg)	% DO TOTAL
INHAME	1.317.486	30,44
TOMATE SANTA CRUZ	500.520	11,56
TANGERINA PONKAN	362.670	8,38

Continuação

PRODUTO	QUANTIDADE (kg)	% DO TOTAL
OVOS BRANCOS	318.681	7,36
ABACATE COMUM	289.608	6,69
BANANA TERRA	287.400	6,64
REPOLHO	276.525	6,39
PIMENTAO	258.621	5,97
ABOBRINHA	212640	4,91
BETERRABA	117.876	2,72
Outros	386.548	8,93
TOTAL	**4.328.575**	**100,00**

Fonte: CEASA-ES

Pode ser observado nas tabelas 13 e 15 que os agricultores se especializaram em um determinado nicho de produtos, em sua maioria os produtos são sazonal, ou seja, que o ciclo de que vai do plantio até a colheita dura em média de 90 dias, com isto os produtores realizam vários plantios durante o ano e normalmente eles optam por realizar o plantio de culturas que estão com o seu valor em alta no mercado.

Como estes produtos normalmente são oriundos de pequenas propriedades do município, a produção individual é pequena. Para poderem comercializar seus produtos na CEASA-ES eles se organizam e fretam um veículo para este fim.

Em relação aos produtos oriundos de Domingos Martins que são comercializados nas CEASAMINAS e CEASA-RJ, são levados para elas através de atravessadores,

que compram os produtos diretamente dos produtores locais ou adquirem os produtos na CEASA-ES.

Por fim, verificou-se que o município de Domingos Martins caracteriza-se por ter a sua economia e a sua população voltada para atividade agrícola e que esta, é realizada em sua maioria em pequenas propriedades agrícolas. É neste contexto que se realizou o estudo das propriedades do distrito de Paraju, que é o alvo deste trabalho, mostrou-se como se encontram as pequenas propriedades agrícolas da região serrana do Estado, e que será apresentado no capitulo que se segue.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O DISTRITO DE PARAJU.

Neste capítulo analisaremos como que se encontra constituída a pequena propriedade agrícola do distrito de Paraju. Este distrito foi escolhido por dois motivos: primeiro, porque a maioria dos estabelecimentos são de pequenas propriedades, e segundo porque neste distrito vive o pesquisador e construtor desta dissertação.

Diante deste contexto, o quarto capítulo traz uma análise e discussão a respeito do Distrito de Paraju, a partir do enfoque, nos seguintes tópicos: o Distrito de Paraju; o cultivo do café consorciado com outras culturas; a agroecologia; o impacto das inovações tecnológicas sobre o meio-ambiente local; um retrato das propriedades agrícolas do distrito de Paraju (Ponto Alto, Perobas, Alto Paraju, Pena, Nova Almeida, São Rafael, Alto Areinha, Paraju, Goiabeiras, Areinha, Rio Ponte, Tijuco Preto, Riberão Capixaba).

4.1 O DISTRITO DE PARAJU.

Segundo relato de antigos moradores e registros encontrados em posse de algumas famílias do Distrito de Paraju, a colonização da região onde hoje se encontra o distrito de Paraju iniciou-se por volta do ano de 1861, com a chegada de quatro famílias sendo três de origem alemã, os Entriger, que se estabeleceram na região de São Rafael, os Ribet e os Evald que se estabeleceram onde hoje é Paraju e uma família de origem italiana os Hand que se estabeleceram na região de Goiabeiras.

Segundo as matriarcas de algumas destas famílias relataram que seus avos e bisa vos passaram por inúmeras dificuldades e a terra que eles sonhavam não era a terra encontrada aqui no Brasil. Mas eles não tinham recursos para voltar aos paises de origem e por esta razão acabaram por ficar. Eles não receberam ajuda do governo para se estabelecer.

Quanto à propriedade agrícola, as famílias recém chegadas a nova terra não precisavam pagar pela terra. O único custo que eles tinham era o do registro da propriedade, mas como não tinham recursos para realizar este registro as famílias respeitavam o espaço que cada família havia demarcado e trabalhavam. Com o passar dos anos e o crescimento das famílias começaram a efetivar os registro das posses de terras. As divisas de propriedade eram feitas através de uma vala quando a área já estava desmatada.

As famílias que se instalaram na região de Paraju, trabalhavam basicamente com o café como produto a ser vendido. Os produtores transportavam o café em lombo de burro até o povoado de Campinho (sede de Domingos Martins) onde era trocado por outras mercadorias.

As propriedades também produziam, feijão, milho, mandioca e outros mantimentos, mas estes eram basicamente para alimentar a própria família e os animais da propriedade.

O distrito de Paraju foi criado pela lei municipal n°41, de 28 de dezembro de 1903, com o nome de Sapucaia, em 21 de dezembro de 1943, o nome sapucaia foi mudado para Paraju, devido a abundancia de uma espécie de arvore de nome “Paraju”. Nesta época o município de Domingos Martins era formado por 3 distritos,

Santa Isabel, Araguaia e Sapucaia. Pelo decreto-lei estadual nº 15177, de 31-12-1943, o distrito de Pedreiras passou a denominar-se Aracê, o distrito de Sapucaia a denominar-se Paraju e o distrito de Santa Isabel a denominar-se Isabel (www.domingosmartins.es.gov.br).

O distrito de Paraju se encontra situado a uma distância de 36 km da sede do município, e é formado pelas localidades de Paraju, Ponto Alto, Perobas, Rapadura, Nova Almeida, Alto Paraju, Goiabeiras, Tijuco Preto, São Rafael, Alto Areinha, Areinha, Ribeirão capixaba, Pena e Rio Ponte.

As propriedades agrícolas do Distrito de Paraju tinha quase que exclusivamente a sua fonte de renda na produção cafeeira, isto até o inicio da década de 80 do século XX. O programa de erradicação cafeeira que ocorreu no país a partir de 1962 também ocorreu no distrito de Paraju, vários produtores receberam recursos financeiros para arrancarem seus cafezais, segundo relato de alguns antigos produtores nem todos que receberam para arrancar os cafezais o fizeram.

Mesmo as propriedades da região do distrito de Paraju tendo a sua principal fonte de renda no café as crises que este produto possui não afetavam profundamente os produtores, pois segundo os próprios produtores a propriedade agrícola fornecia a maioria dos alimentos que eles precisavam, com isto o nível de vida que os antigos produtores tinham não era afetado pela crise cafeeira.

A partir do inicio da década de 80 do século XX, as propriedade começaram a buscar outras fontes de renda, mas ainda no ano de 2010 o café e a principal fonte de renda das propriedades agrícolas desta região.

No ano de 2007 o distrito de Paraju possuía uma população de aproximadamente

9.200 habitantes, sendo que destes 55 % residiam na zona rural e 45% residiam nas vilas, as propriedades rurais tem tamanho médio de 17 hectares e cultivam principalmente café arábica.

4.2 O CULTIVO DO CAFÉ CONSORCIADO COM OUTRAS CULTURAS.

Desde a segunda metade do século XIX no Espírito Santo o cultivo do café era consorciado com outras culturas, haja visto, que é uma planta que demora em média de 3 a 4 anos para começar a produzir, neste meio tempo entre a plantação e a início do ciclo de colheitas se intensificam as plantações de outras culturas junto às plantações de café. Eram feitas plantações de culturas não perenes como milho, feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) e mandioca, estas plantações tinham como características básicas atender as necessidades dos produtores e se houvesse sobra esta seria vendida.

Entre as décadas de 80 e 90 do século XX, os pequenos produtores rurais da região do Distrito de Paraju intensificaram as plantações consorciadas com o café e também ampliaram as plantações de culturas não perenes em “terra solteira” (terra solteira são as terras que não possuem culturas perenes ou matas) com o objetivo de diversificar a fonte de renda da propriedade. Até então as propriedades da região tinham na cafeicultura a principal fonte geradora de renda da propriedade.

Como o passar do tempo as propriedades rurais foram adaptando o cultivo do café com outras culturas, mas nem uma outra cultura teve o impacto econômico que teve a cafeeira na economia capixaba.

Na década de 80 do século XX, a cultura do café começou a ser cultivada em parceria com outras culturas também perenes como os citros e a banana. Esta parceria além de aumentar a renda das propriedades rurais tem como finalidade principal servir de quebra vento e sombrear as lavouras de café.

Mas foi em meados da década de 90 do século XX, que começou a ser cultivada na região do distrito de Paraju uma nova cultura, a do eucalipto, e esta começou a substituir as lavouras de café. Esta nova atividade tornou-se concorrente direta das lavoras de café, tendo em vista que, ainda não se consegue produzir café consorciado com eucalipto. Esta nova cultura se transformou em importante fonte de renda das pequenas propriedades agrícolas do distrito de Paraju e do distrito de Aracê.

Normalmente o eucalipto é plantado em sua grande maioria para a empresa Aracruz Celulose que financia todo o custo de produção. O produtor acaba por se tornar refém da empresa, já que só pode vender, ou melhor, entregar o primeiro corte da plantação para a Aracruz Celulose. É bem verdade que nos anos de 2004 a 2007 o cultivo do eucalipto se tornou uma atividade mais rentável do que o cultivo do café, isto devido aos autos custos para se produzir o café.

A justificativa apontada pelas empresas que trabalham com madeira, celulose e pelas pessoas que defendem as plantações de eucalipto é que esta cultura preserva as matas nativas uma vez que também fornecem madeira para ser utilizada nas propriedades rurais, bem como fornece ainda, matéria prima para a fabricação de papel e madeira para a fabricação de moveis e para a utilização em geral, mas nas localidades estudadas não é bem isto que aconteceu.

A mata nativa cedeu e esta cedendo lugar para as plantações de eucaliptos. Mesmo as pessoas e órgãos públicos e privados que são contra as plantações de eucalipto, que estão ocorrendo na região do distrito de Paraju, defendem que as propriedades devem possuir plantações de eucaliptos, porem estas plantações devem ocupara áreas impróprias para outras culturas.

Outro problema que as plantações de eucaliptos trazem para a região do distrito de Paraju é a questão de mão-de-obra, uma vez que a plantação de eucalipto não requer intensa utilização de mão-de-obra como a da cultura do café. Por consciência muitos trabalhadores rurais estão deixando a atividade agricultura e migrando para a cidade ou mudando de atividade.

Uma atividade que vem ganhado destaque é a produção artesanal de “tapetes de retalhos” que é produzido por várias mulheres que perderam espaço na agricultura local devido o trabalho com a cultura de eucalipto ser um trabalho que demanda maior força bruta que os tratos com os cafezais.

Segundo conversas realizadas com algumas senhoras que trabalham confeccionando “tapetes de retalhos”, este tipo de artesanato tem crescido bastante nas vilas de Ponto Alto, Paraju, Alto Rio Ponte, Rio Ponte e Goiabeiras. Segundo elas existem cerca de 80 pessoas envolvidas diretamente nestas atividades a sua grande maioria são mulheres, mas já existem alguns homens que também estão confeccionando tapetes.

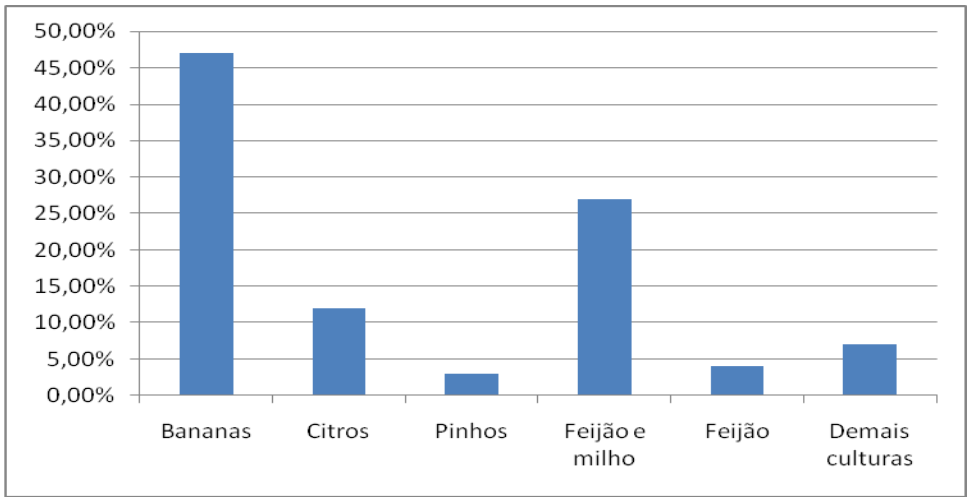
Grande parte destes artesãos moram nas vilas do distrito de Paraju, cada uma destas artesãs consegui auferir uma renda mensal de cerca de R$ 300,00. Elas relataram que tentaram se unir e formaram inclusive 3 associações de artesãs, uma

em Ponto Alto em meados de 2007, uma em Goiabeiras e outra em Alto Rio Pontes estas últimas no final de 2009, mas todas as associações não foram em frente, o principal motivo alegadas por elas foi a falta de apoio da prefeitura local, mas existe um senhora conhecida como “Lora” que reside em Vitória passou a recolhe a produção de cerca de 30 artesãs, segundo as próprias artesãs esta senhora que compra o artesanato delas revende no estado de São Paulo.

A única cultura que está concorrendo com as plantações de café da região são as plantações de eucalipto. As demais culturas que são plantadas em consorciamento com as lavouras de café e na grande maioria das vezes são parceiras benéficas para ambas as culturas, como é o caso de quando se cultiva banana, feijão e mesmo algumas espécies de árvores como cedros e pinhos.

Segundo Nogueira (2007) novas lavouras estão substituindo culturas menos rentáveis. Como é caso de bananeiras mais resistentes a pragas e mais resistentes a baixas temperaturas. O mesmo vem ocorrendo com a fruticultura local. Novas espécies de frutas estão sendo introduzidas na região. E várias das novas espécies vem sendo consorciadas com a cafeicultura local.

Segundo o Incaper (Gráfico 2), em 2007, estava assim distribuído o percentual das culturas consorciadas com a cafeicultura no distrito de Paraju: bananas representavam 47%, citros 12%, pinhos 3%, feijão e milho 27% apenas feijão 4% e demais culturas 7%.



Fonte: Incaper 2006.

Gráfico O7: Percentual de Culturas Consorciadas com a Cafeicultura no Distrito de Paraju em 2006.

As novas formas de consorciamento dos cafezais só foram capazes graças às novas tecnologias e a trabalhos feitos com agricultores mostrando que é necessário que agricultor não possua uma única fonte de renda como era o caso em muitas propriedades do distrito de Paraju.

4.2.1 A Agroecologia

A agroecologia surgiu na década de (70) como campo de produção científica e ciência multidisciplinar ligada aos princípios da agricultura e na organização social assim como no estabelecimento de novas formas de relação entre a sociedade e a natureza (SALAROLI, 2006).

A agroecologia é um instrumento de ruptura com a tradição reducionista na qual a ciência moderna tem a sua base, principalmente pela proposta de

transdisciplinaridade e pela complexidade de validar o saberes tradicional e os cotidianos.

As práticas agroecológicas segundo Salaroli (2006) podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, do processo de exclusão do meio rural e da homogeneização das paisagens de cultivo. Estas práticas estão baseadas nas pequenas propriedades, na mão de obra familiar, nos sistemas produtivos complexos e diversos adaptados as condições locais e em redes regionais de produção e distribuição de alimentos.

A agroecologia é ainda uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza com destaque para a sucessão ecológica e sucessão natural a qual permite que seja restaurada a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes minerais e que o cultivo seja feito sem o uso de agrotóxicos.

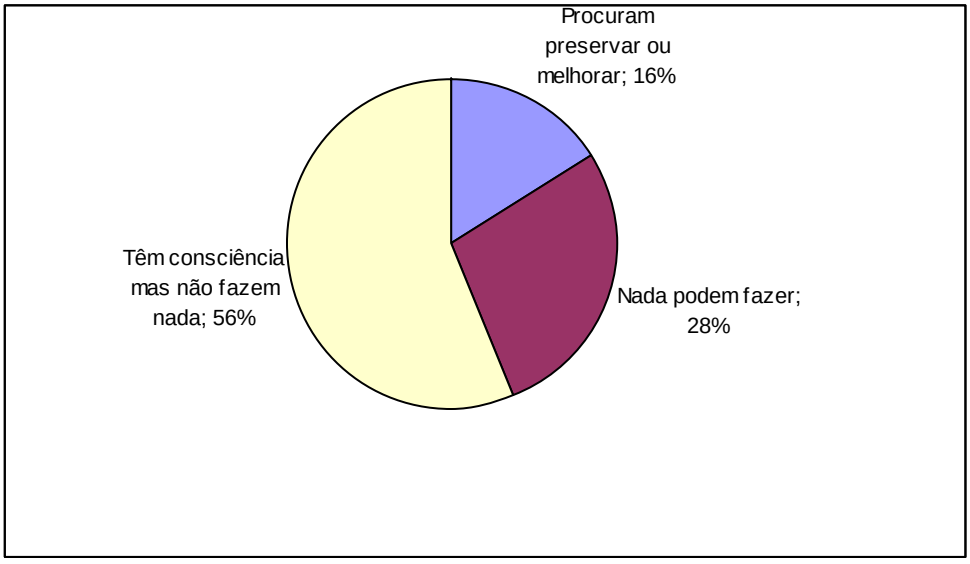
O surgimento da agroecologia coincidiu com a preocupação pela preservação dos recursos naturais e os critérios de sustentabilidade nortearam as discussões sobre a implantação de uma agricultura sustentável que pudesse garantir a preservação do solo, dos recursos hídricos, da vida silvestre e dos ecossistemas naturais além de garantir a segurança alimentar (SALAROLI, 2006).

Salaroli (2006) ainda faz uma comparação entre a agricultura tradicional com a agroecologia. Primeiro cita as vantagens em utilizar as várias formas da agroecologia que é: a possibilidade de renovar o solo, de facilitar a reciclagem de nutrientes do solo, de utilizar de forma racional os recursos naturais e de manter a biodiversidade que vem a ser importante para a formação do solo.

Em seguida Salaroli (2006) cita as desvantagens ambientais da agricultura

tradicional em relação às monoculturas que degradam a paisagem, a produção de altos índices de toxidade pelos agro-químicos utilizados, da eliminação da biodiversidade, da degradação do solo, da poluição dos recursos hídricos e da maximização da utilização da energia gerada pelo próprio sistema natural.

O Gráfico 8 mostra que na região que é o foco desta dissertação, a preocupação com o meio ambiente vem aumentando entre os proprietários entrevistados, 28% relataram que não podem fazer nada para mudar o que esta acontecendo, 56% dos proprietários tem consciência que poderiam fazer alguma coisa para mudar e melhorar o meio ambiente, 16% dos produtores estão realmente engajados para melhorar ou pelo menos preservar o meio ambiente local.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 8: Você pode melhorar o Meio Ambiente onde vive.

Quanto à questão da reciclagem a pesquisa revelou que 75% dos produtores não fazem reciclagem alguma e 16 % dos entrevistados relataram que normalmente os seus filhos costumam fazer. Separam material que foi utilizado na propriedade como

ferro, alumínio, cobre, baterias de carro e motos para venderem para o que eles chamam de “sucateiro” (sucateiro são mascates, pessoas que percorrem a região procurando os produtos citados acima para compra).

Por sua vez, no gráfico 09 verifica-se que em relação ao cobre, papel e plástico, 9% dos entrevistados relataram não ter muito entendimento sobre o que poderia ser reciclado, mas no desenvolver das conversas todos os agricultores relataram que utilizam com frequência embalagens “pet” para depósito de material. Quanto ao destino dos esgotos das propriedades 72% das propriedades utilizam o sistema de fossas artesanais e os demais 28% despejam seus dejetos diretamente em córregos e brejos da propriedade.

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 9: Você faz uso de algum método de reciclagem em sua Propriedade.

Um dos grandes problemas que os poucos produtores que procuram diversificar sua

renda com a utilização da agroecologia com ferramenta turística é a falta de apoio dos governantes locais e as péssimas condições que se encontram normalmente as estradas que dão acesso as suas propriedades.

Segundo Siqueira (2005) é importante que haja uma reorganização do espaço urbano e interiorano, nas cidades, nas vilas e propriedades rurais, que estão aderindo a utilização da agroecologia como fonte de turismo, para proporcionar aumentar da renda. Para que haja uma valorização do turismo na área urbana e rural de Domingos Martins. Para que isto ocorra realmente, faz-se necessário que se reorganize sociedades inteiras e que se criar condições para o reordena mento de territórios. Para que assim se possa propiciar reais condições para se promover a pratica da agroecologia no município de Domingos Martins.

E o modo como se apropria uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo e lazer depende da Política Pública de turismo que se instala ou deveria ser instalada em uma determinada região valorizando as potencialidades turísticas, naturais e culturais de determinada região.

No Município de Domingos Martins o turismo foi se instalando de acordo com interesses particulares. Não houve uma organização por parte do poder publico local para se instalar o turismo dentro das necessidades de cada região.

Existem segundo Siqueira (2005) três pontos de diversificação do turismo: o primeiro ponto e a “turistificação” dos lugares e espaços que valorizam o turista como agente principal, este ponto esta na origem do turismo e onde a prática do turismo é maior que os lugares dentro deste aspecto. O segundo ponto vem o mercado como criação dos lugares turísticos, ou seja, os lugares turísticos são criados, por isto o

fator principal reside na colocação de produtos turísticos ou na criação de lugares e não nas práticas. E o último ponto, reside sobre os planejadores e promotores territoriais que visam explorar as potencialidades do local em si para se explorar a pratica do turismo.

Há ainda os impactos positivos relacionados aos eventos que envolvem a pratica da agroecologia, que podem ser as contribuições para a criação de novas ocupações e postos de trabalho, a geração de renda para as pessoas residentes na localidade e ainda contribuía para recuperar e conservar os valores culturais.

Propiciar oportunidades de intercâmbio cultural entre a comunidade local e os turistas, valorizar a atividade artesanal. Proporcionar aos moradores locais uma imagem positiva dos eventos transmitidos pela mídia e setores do ramo em favorecimento do crescimento da cidade e a realização de um intercâmbio entre grupos do local e Prefeitura de modo a produzir uma imagem positiva para a comunidade como um todo (BAEBLER, 2005).

4.3 O IMPACTO DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS SOBRE O MEIO-AMBIENTE LOCAL.

O café sempre foi o principal produto produzido no distrito de Paraju, até meados da década de 90 as culturas de café eram produzidas quase que da mesma forma de que quando se iniciou os primeiros cultivos. A grande mudança que ocorreu foi na forma de se fazer as plantações.

No começo, lá pelo inicio do século XX, as lavouras de café não eram plantadas em

curva de nível e o espaçamento entre uma fila de café e outra normalmente era de 5 metros e entre um pé de café e outro de 2 metros, o espaço maior era justificado devido às necessidades dos produtores terem que produzir alimentos básicos para suprir as necessidades das propriedades.

Mas devido às necessidades de melhor aproveitamento das propriedades bem como as novas variedades de café, que são mais resistentes a vários tipos de pragas a escassez de chuvas, os espaçamentos entre os pés de café e as larguras das ruas de café (filas de café) foram reduzidos para um espaçamento próximo de 2 metros por fila de café e 1 metro entre um e outro pé de café.

Com isto os produtores que aderiram para ter uma maior produtividade de café por área acabaram por perder parte das terras que também eram usadas para plantar milho e feijão para o próprio consumo.

Além de obterem mais terras para plantar outras culturas, o adensamento das lavouras de café também reduz a infestação de plantas daninhas nas lavouras reduzindo assim o custo para de manutenção das lavouras de café, mas quando se adensa as plantações café o período de vida produtiva das plantas é reduzido, em média de 20 anos para 6 ou 7 anos de produção, após este período pode se realizar a cepa das plantas e eles voltam a produzir.

Outra melhoria que as plantações sofreram, foi na diminuição do tempo para as lavouras de café iniciarem a produção. A partir do melhoramento genético estão plantas que tem vida produtiva cada vez mais precoce. No século XX as lavouras de café demoravam em média 4 anos para terem uma produção considerada como razoável. Atualmente as lavouras já têm uma produção de café considerada razoável

a partir do segundo ano.

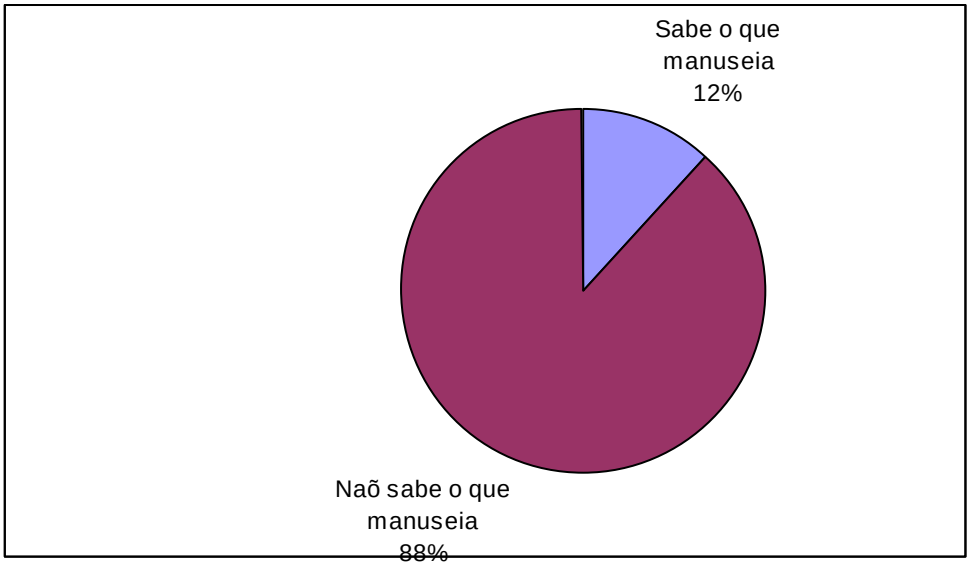
Grande parte dos produtores rurais do distrito de Paraju trabalham com banana geralmente consorciadas com a plantação de café. Há alguns anos atrás relatam os produtores que as bananas eram vendidas quando estavam quase maduras. Agora as bananas segundo eles são vendidas ainda verdes, pois nos últimos anos surgiu um novo produto que após aplicado em poucas horas a banana fica com a aparência de nova. Dizem os produtores que esta nova técnica de se madurar bananas via produto químico é benéfica para quem vende e péssima para quem compra. Eles alegam que se não aplicarem estes produtos químicos eles não conseguem vender seus produtos.

Algo parecido acontece com a limpa das lavouras de café, 100% dos produtores pesquisados revelaram que usam algum tipo de produto químico para combater os matos das lavouras de café (Gráfico 10). 74 % dos produtores reconhecem que não deveriam fazer uso de produtos químicos na lavoras de café, mas, alegam que se forem fazer o trabalho manual de limpa das lavoras o custo de manutenção das lavoras se eleva muito. Mas destes 74%, 90% deles acreditam que com as novas máquinas de roçar a aplicação de herbicidas tende a diminuir bastante. Segundo eles o alto custo do equipamento é hoje e o grande obstáculo para se diminuir a aplicação de herbicidas.

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 10: Você vê algum problema na utilização do uso de Agrotóxicos.

Conforme Gráfico 10, a grande maioria 88% dos produtores rurais aplicam defensivos agrícolas sem saberem o que estão manuseando. Faltam informações técnicas sobre como aplicar os produtos químicos e os riscos que os produtores e familiares estão expostos. É comum segundo eles, que produtores apliquem herbicidas sem nenhum equipamento de segurança.

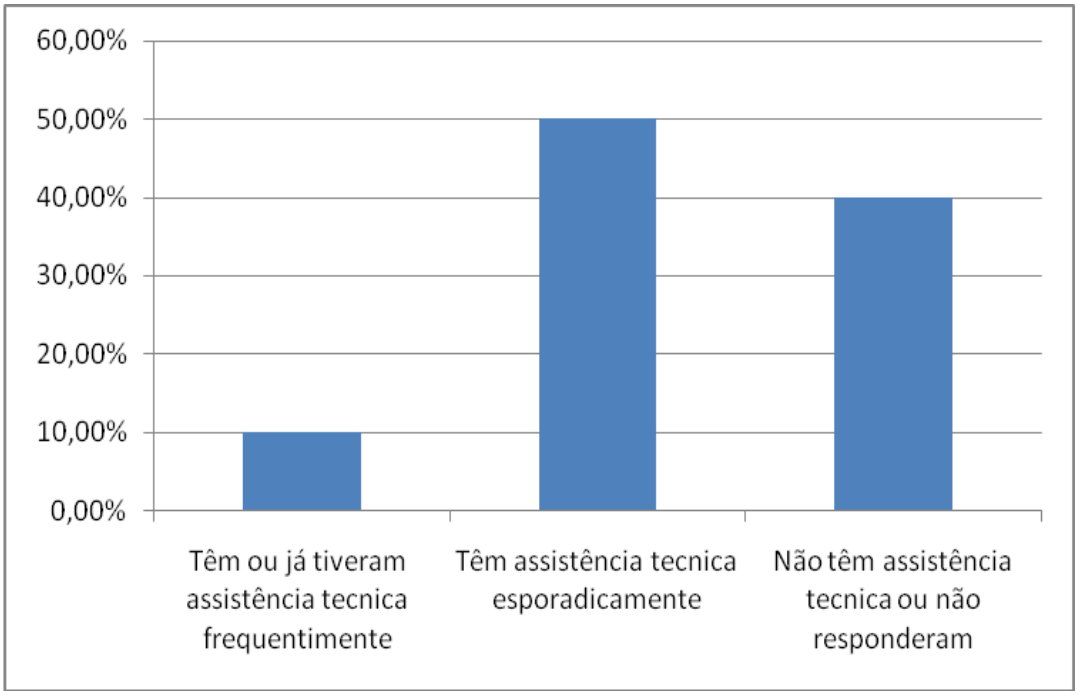


Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 11: Você sabe manusear os produtos químicos que usa na sua propriedade e os conhece.

Os produtores reclamaram da falta de orientação técnica para poderem trabalhar. O Gráfico 12 mostra que, apenas 10% dos produtores rurais têm ou já tiveram assistência técnica adequada para trabalhar com defensivos agrícolas e com novos adubos. 40% têm uma assistência técnica esporádica, e os outros 50% disseram não ter tido assistência técnica ou não se interessarem pelo assunto. Vários dos agricultores que tiveram assistência técnica disseram que não entenderam as recomendações que foram feitas e acabaram por não usá-las.

Segundo eles os defensivos agrícolas são vendidos livremente em comércios da região. Este não é só um problema ambiental, mas também um problema de saúde, já que vários produtores já tiveram ou tem problema saúde que podem estar relacionados com produtos químicos utilizados no dia a dia.



Fonte; Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 12: Você tem assistência técnica.

Outro fato que foi relatado pelos produtores foi na questão das novas maneiras de se beneficiar o café até no ano de 2000. O café era basicamente seco nos terreiros de cimento ou de terra batida o que correspondia ao modo que 95% dos produtores secavam o produto.

Mas os produtores que tinham secador de café 5%, quando acabavam de secar suas colheitas alugavam as maquinas para os que ainda tinham alguma produção a ser seca. Cobrava-se o e equivalente de 3 % do produto para que a secagem fosse feita.

Depois de 2000 começou-se secar café no interior de estufas. Quase todos os

produtores, 95% fazem uso deste instrumento para secar o seu produto. Com isto o volume de café secado em secadores diminuiu, fazendo com que a quantidade de lenha utilizada para secar fosse reduzida. Também começaram a ser utilizados fornos de secar café que utilizam a própria casca do café para poderem alimentar as fornalhas.

Procurando valorizar o produto final, alguns produtores da região adquiriram novas máquinas para beneficiar o café. Normalmente o café da região só era descascado quando já se encontrava seco. Mas devido às novas técnicas e exigências do mercado, cerca de 15% dos produtores locais estão começando beneficiar o café ainda maduro. O café normalmente não deve ficar mais de 6 horas após a colheita sem ser descascado. Ele passa por uma prensa que ira debulhar os grãos.

Este processo não permite que o café fermente dentro da própria casaca. Mas a água utilizada no processo de debulha se torna tóxica devendo passar por um processo de decantação, para que possa ser devolvida aos córregos e mananciais, sem a parte sólida que se encontra junto a mesma. Só que alguns dos produtores não utilizam fazer isto. Eles simplesmente despejam todos os dejetos oriundos da despolpa junto aos córregos e mananciais da região.

Outra mudança que vem acontecendo na forma de colher a produção de café é que normalmente os produtores colhiam os grãos de café das plantas com altura média de 1,5 metros dentro de peneiras ou derriçavam sobre lonas. Mas como a altura média das lavouras de café ultrapassa 1,5 metros, grande parte da produção era lançada diretamente ao solo. Depois recolhia-se os grãos de café junto com as impurezas - principalmente terra e folhas velhas - levava-se para um terreiro onde o café era secado com as impurezas e posteriormente são separadas por um

processo de decantação.

O problema neste processo é que as impurezas normalmente vão diretamente para os córregos e os rios da região. Mas a partir do século XXI, o modo de se colher os grãos de café mesmo dos produtores de café que usam não despolpar o café, estão colhendo a quase que toda a produção de café utilizando peneiras ou lonas, independente da altura do pé de café.

Dos entrevistados 0,09% (Gráfico 8) não sabem o que são as novas tecnologias (máquinas e equipamentos e defensivos agrícolas bem como novas espécies de plantas). 35% dos entrevistados não sabem que as novas tecnologias estão mudando o meio ambiente local. 40% responderam que tem conhecimento sobre as transformações que as novas tecnologias podem e estão causando. E 16% relataram que tem conhecimento sobre as transformações que estão acontecendo e que buscam canalizar estas mudanças para causas benéficas ao meio ambiente local.

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 13: Você sabe o que são tecnologias e percebe o que está ocorrendo por causa delas.

Com os avanços tecnológicos ocorridos na agricultura, novas espécies de agrícolas começaram a ser cultivadas no distrito de Paraju. Como foi de algumas espécies de morangos, começaram a ser plantadas neste distrito a partir do ano e 2005, a produção de morangos, em 2007, ainda foi pequena, no distrito com poucos produtores aderindo a nova cultura, mas segundo os produtores de morango desta região, outros produtores rurais estão entusiasmados para começarem a cultivar o morango, isto, graças aos bons resultados (lucros) obtidos pelos produtores rurais que já estão produzindo morangos no distrito de Paraju.

Outras variedades de café também começaram a ser cultivadas no distrito de Paraju.

São variedades de café mais resistentes a pragas e que produzem em regiões de clima mais quente.

Praticamente todos os entrevistados reclamaram da falta de orientação que estão tendo dos órgãos competentes a respeito das novas tecnologias e os efeitos que causam ou pode causar no meio ambiente. Até mesmo o que era tecnologia foi visto, e foi questionado por agricultores. Estas desinformações bem como outras características dos agricultores e das propriedades serão mostrados a seguir.

4.4 UM RETRATO DAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PARAJU (PONTO ALTO, PEROBAS, ALTO PARAJU, PENA, NOVO ALMEIDA, SÃO RAFAEL, ALTO AREINHA, PARAJU, GOIABEIRAS, AREINHA, RIO PONTE, TIJUCO PRETO, RIBERÃO CAPIXABA).

Nesta parte da pesquisa iremos falar um pouco sobre algumas características sociais e econômicas das famílias e das pequenas propriedades agrícolas da região do Distrito de Paraju. Com base em um questionário que foi aplicado aos produtores rurais do Distrito é possível traçar um panorama geral dos mesmos.

As famílias normalmente possuem cinco pessoas sendo 3 filhos por casal que normalmente estudam e auxiliam nos serviços com a lavoura.

Figura 2: Domingos Martins: Mapa das comunidades divididas por Distrito.

Conforme dados apurados na pesquisa existe certo isolamento da sede do município para com as comunidades rurais (Gráfico 14). Cerca de 42 % dos produtores vão à sede do município uma vez por mês geralmente levar um pessoa ao médico ou para receber o auxílio aposentadoria. Mas os produtores disseram que como muitos iam à sede do município apenas para receber o referido auxílio e com os novos postos de atendimentos que foram instalados em Paraju e Ponto Alto, as viagens até a sede tem diminuído.

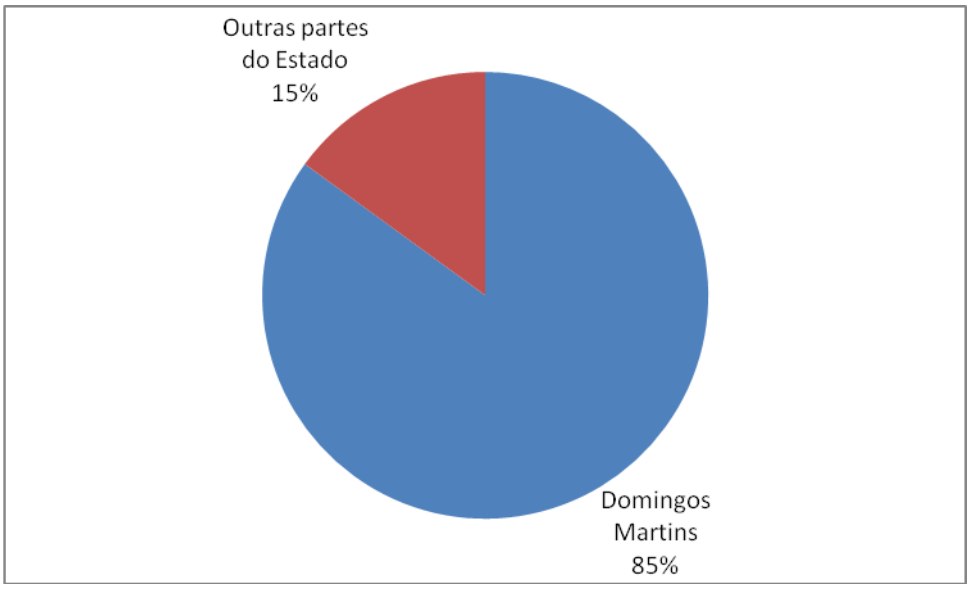
Em conversa com os produtores rurais durante as entrevistas, muitos dos produtores revelaram que preferem utilizar os serviços dos municípios de Santa Maria de Jequitiba, Afonso Claudio, e de Venda Nova do Imigrante.

Os produtores disseram que as estradas que dão acesso a estes municípios, geralmente estão em melhor estado de conservação do que as que dão acesso ao município de Domingos Martins.

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 14: Com que frequência você vai à sede do município.

Como podem ser observados no Gráfico 14, 85% dos produtores rurais são naturais de Domingos Martins. Muitos dos produtores já herdaram de seus pais as propriedades que possuem. A outra parte dos produtores é composta basicamente por outros produtores vindos de outras partes do Estado.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 15: Qual a sua origem.

No que se refere a crença religiosa da população do distrito de Paraju, cerca de 60% da população é luterana (Gráfico 16). Os católicos apostólicos romanos representam 33% e os demais pertencem a outras designações religiosas ou não possuem. O que pode ser explicado pela influência dos descendentes de imigrantes alemães e italianos que juntos compõe 80% dos moradores da região. Os imigrantes que se estabeleceram na região que de Domingos Martins vieram fugindo de perseguições religiosas que ocorriam em meados do século XIX ou vieram em busca de melhores condições de vida.

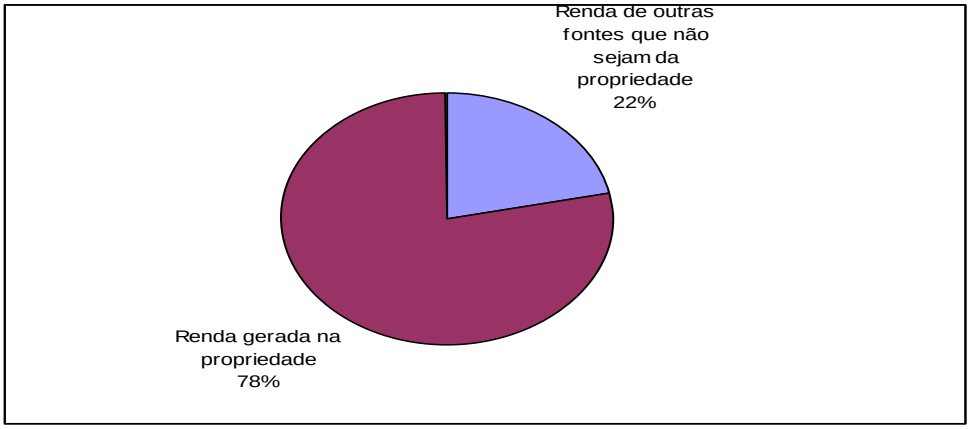
A centralidade presente na vida religiosa torna ainda no século XXI a igreja com forte representação local, para resolver problemas das comunidades e para divulgação de informações. Isto ainda é possível graças ao isolamento provocado pela distância da

sede até as comunidades rurais.

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 16: Qual a sua denominação religiosa.

A renda familiar (Gráfico 17) é na sua maior parte oriunda do que é produzido dentro da propriedade 78%. A outra parte da renda é composta por bolsas e pensões e por salários pagos pela prefeitura e pelo governo estadual. A grande maioria das famílias (Gráfico 18) tem uma renda mensal de no máximo de 5 salários mínimos, representando 84% das famílias.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 17: De onde provem a renda da família

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 18: A renda da propriedade chega até 5 salários ou mais por mês.

Verificando o nível de escolaridade (Gráfico 19 - Escolaridade) é possível observar que a maioria dos produtores estuda até a 4ª série do ensino fundamental, 60%. A maioria dos que prosseguiram não concluirão o ensino médio (colegial). Cerca de 19% dos produtores são analfabetos (apenas desenham o próprio nome).

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

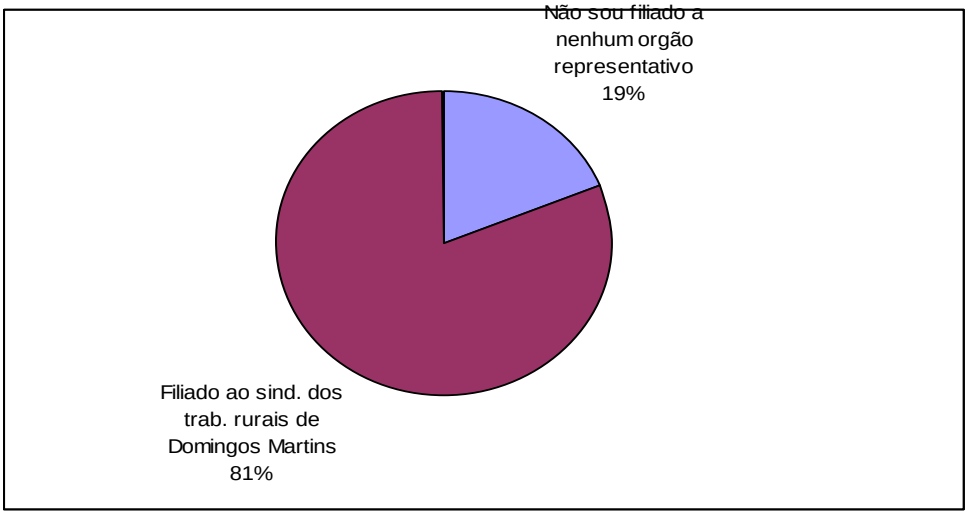
Gráfico 19: Grau de instrução dos produtores rurais.

Entre os entrevistados que tem filhos com idade escolar todos responderam que seus filhos frequentam regularmente a escola nas séries fundamentais. Já os filhos dos produtores que estudam, que concluíram o ensino fundamental e que continuam estudando, representam 39% (Gráfico 20).

Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 20: Qual o grau de escolaridade do seu (s) filho (s).

Quando questionados se eram filiados a algum órgão representativo (Gráfico 21), sindicato ou cooperativa, todos os produtores responderam que eram filiados ao sindicato dos trabalhadores do município. Só que a grande maioria dos produtores 81%, só se filiaram porque quando querem retirar algum beneficio junto aos órgãos públicos é exigido um vinculo que prova que são trabalhadores rurais e junto ao sindicato eles conseguem as declarações e as certidões que precisam.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 21: Você é filiado a algum órgão representativo (sindicato).

Segundo os produtores das comunidades de Alta Pena, Rio Ponte, Tijuco Preto, Alto São Rafael, Areinha e Alto Areinha, a cultura herdada dos imigrantes alemães que predomina nesta região estava sendo perdida. Mesmo existindo na região pessoas de mais idade, que só falam em idiomas alemães e que até hoje se vestem de forma parecida como os imigrantes se vestiam, muitos jovens tinham vergonha de conversar nos dialetos herdados e as recitas da culinária alemã não estavam sendo mais ensinadas.

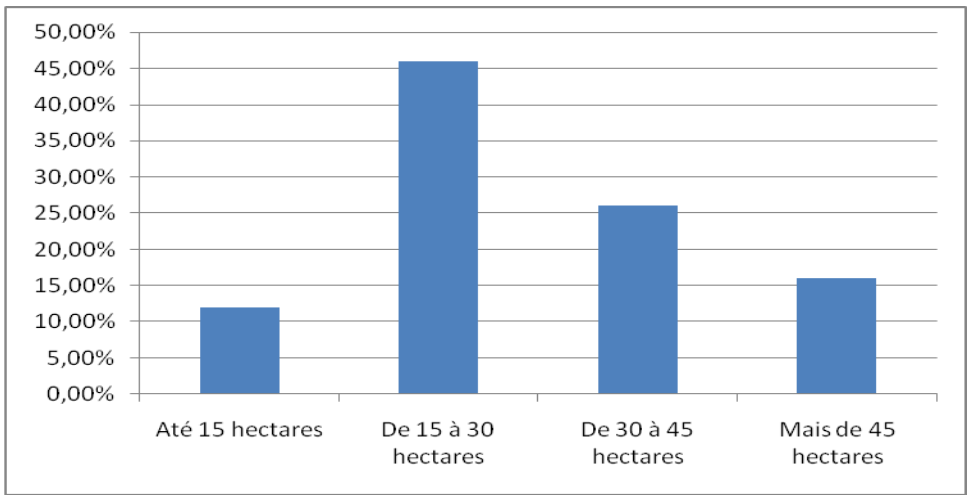
No entanto, no início da década de 90 esta realidade começou a mudar. E graças a incentivos dos pastores das igrejas luteranas, atualmente as crianças primeiro aprendem em dialetos alemães, para depois, quando estiverem em idade escolar, aprenderem o “idioma brasileiro”.

Quanto ao tamanho das propriedades elas têm tamanho médio de 30 hect. Encontram-se assim distribuídas (Gráfico 22), 12% das propriedades têm 15

hectares, 46% possuem de 15 à 30 hectares, 26% possuem de 30 à 45 hectares e 16% possuem mais de 45 hectares.

Segundo conversa com os proprietários da região é possível perceber que está havendo um processo de desconcentração e ao mesmo tempo de concentração em relação às extremidades dos tamanhos das propriedades, ou seja, desconcentração, porque, varias propriedades estão sendo fracionadas para servir de sítio para pessoas que na sua maioria vivem na Grande Vitória e que nos finais de semana estão região, existem casos também de pessoas que residem no distrito de Paraju e trabalhão na Grande Vitória.

Por outro lado, também está ocorrendo o processo e concentração fundiária, já visto que várias propriedades agrícolas, as propriedades que se encontram mais isoladas estão sendo compradas para se fazer o plantio de eucaliptos. Segundo os produtores de região, os novos proprietários de terras que compram para plantar eucalipto preferem não legalizar a documentação das terras, eles apenas sacramentão a transação, mediante simples recibo de compra e venda.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 22: Qual o tamanho da propriedade.

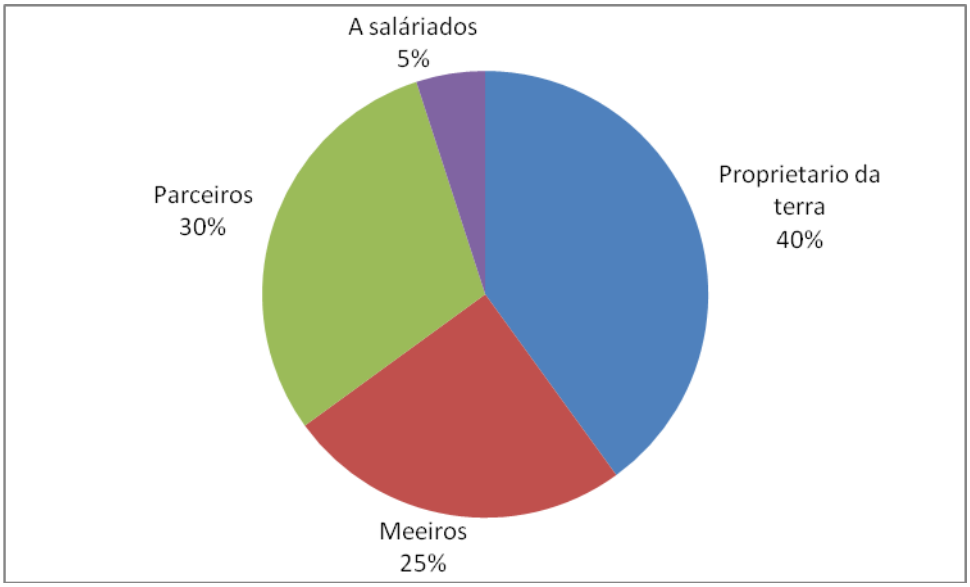
A proliferação das construções de condomínios fechados na Região de Montanha do Município de Domingos Martins, mais especificamente na região de Aracê, Caxixe Frio e Pedra Azul, é uma prova de que as pessoas que pretendem sair da cidade, e buscam paz em meio à natureza. Justamente porque a vida contemporânea mostra-se como um cotidiano agitado, estressado pelos moldes capitalistas de produção atual, indústrias, trânsito urbano, violência, poluição visual e sonora entre outros (PROVETTI, 2008).

Como foi relatado pelos produtores, os condomínios fechados ainda não fazem parte da paisagem local do distrito de Paraju. Existem apenas dois condomínios na região de Paraju, sendo um em Paraju, condomínio “Recanto dos Canários” e o outro na localidade de Alto Pena condomínio “Vista Pedra Azul”. Mas devido à tranquilidade e segurança e proximidade com a região da Grande Vitória, muitas pessoas estão procurando compra pequenas extensões de terra ”sítios” no distrito de Paraju, para passarem fins de semana e férias. Com aumento da procura por sítios na região o preço dos mesmos está se elevando para o poder aquisitivo dos produtores locais.

As propriedades rurais são em sua maioria de pequena extensão e na grande maioria das vezes são trabalhadas pelo próprio dono (40% das propriedades são cultivadas pelos próprios proprietários -Gráfico 23). Os meeiros estão presentes em a 25% das propriedades, os parceiros representam 30% e os assalariados correspondem a 5%.

Os meeiros são produtores agrícola que não possuem terra. Eles trabalham na terra de outra pessoa e tem que repartir toda a produção da propriedade, sendo deles 50% e do dono da propriedade também 50%. Em muitos casos o meeiro tem que pagar a metade do custo dos insumos usados na propriedade. O meeiro

normalmente assina um contrato que o obriga a não trabalhar para outro proprietário de terra. Com isto o meeiro é muitas vezes refém do dono da terra com quem trabalha. Os meeiros se diferenciam dos parceiros pelo fato de os parceiros não dividirem a produção em partes iguais, eles normalmente ficam com 40% do que produzem e não pagam parte dos insumos utilizados na propriedade.

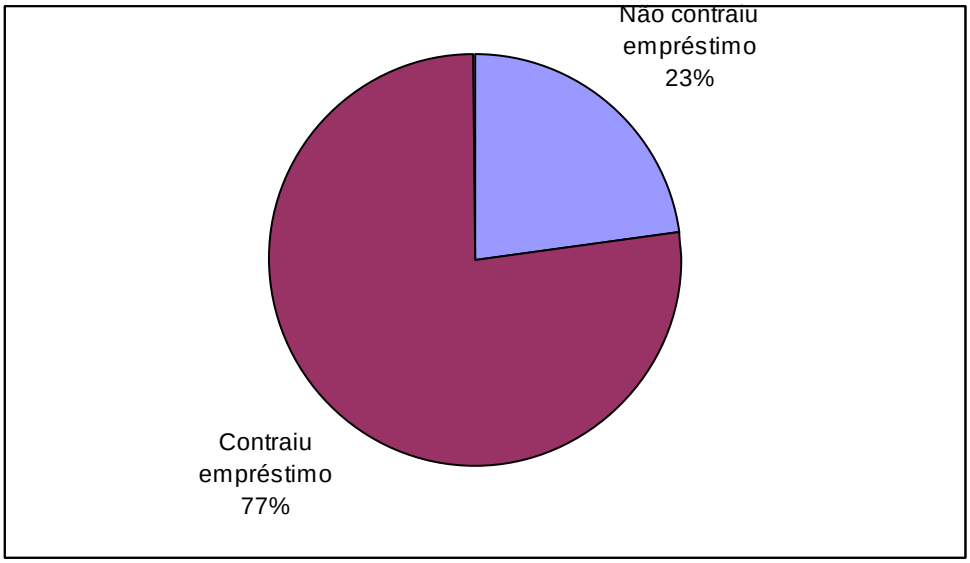


Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 23: Quem trabalha diretamente na propriedade.

A grande maioria dos produtores rurais já contraíram empréstimo, cerca de 77%, sendo 52% de instituições federais e 23% de instituições privadas (Gráfico 24 - crédito). Um fato interessante relatado pelos entrevistados é que geralmente quando o preço do café está baixo, eles quando podem, preferem emprestar ao comerciante de café, só que o comerciante de café não dá nenhuma garantia que irá pagar pelo empréstimo de café.

Como eles dizem na região eles “encostam o café” esperando a alta do produto. Quando o preço sobe tem-se uma verdadeira peregrinação aos comércios de café e muitas vezes o comerciante não tem meios para pagar a todos os empréstimos, e simplesmente não pagam e o agricultor fica no prejuízo. Este fato acontece frequentemente na região do Distrito de Paraju.



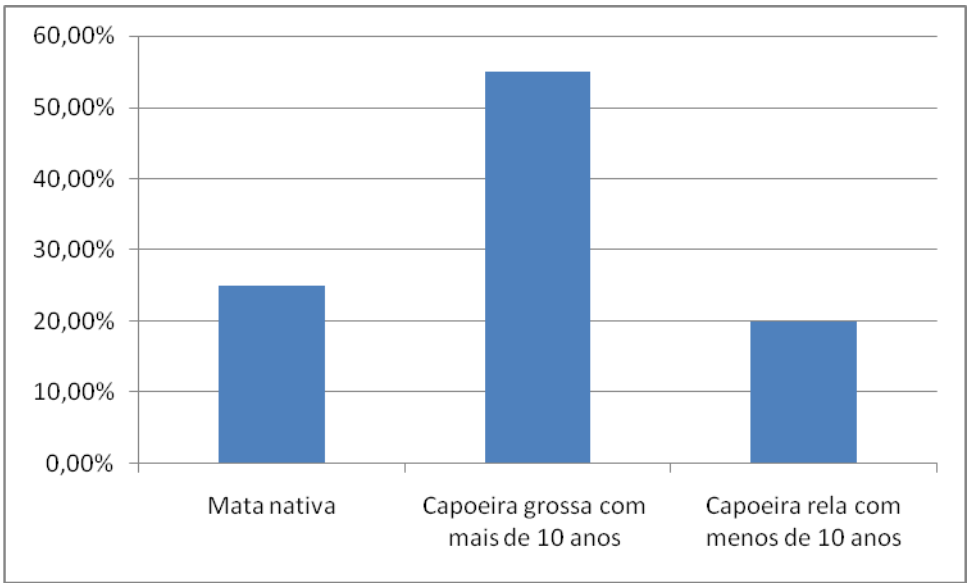
Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 24: Você já contraiu empréstimo financeiro.

A maioria das propriedades agrícolas não possui máquinas ou implementos agrícolas. 35% dos agricultores não possuem implementos - trator, secador ou despolpador de café. Quando incluímos equipamentos manuais como plantadeira de feijão manual ou pulverizador costal este numero passa para 95% dos agricultores.

Segundo o Código Florestal do Espírito Santo, 20% da área total da propriedade rural deve ser reservada a matas nativa. Esta área destinada a preservação só é respeitada em 35% das propriedades rurais da região, as outras propriedades que

possuem matas ou capoeiras possuem uma área menor de reserva florestal. Em conversa com os produtores eles afirmavam que, pelo motivo das propriedades serem pequenas é difícil separar uma área equivalente a 20% da propriedade como determina o código florestal, para preservação. Mas 95% das propriedades rurais possuem área de preservação, distribuída da seguinte forma (Gráfico 25 - distribuição área florestal). 25% possuem mata nativa, 55% capoeira grossa com mais de 10 anos, 20% da área preservada corresponde a capoeira fina com menos de 10 anos.



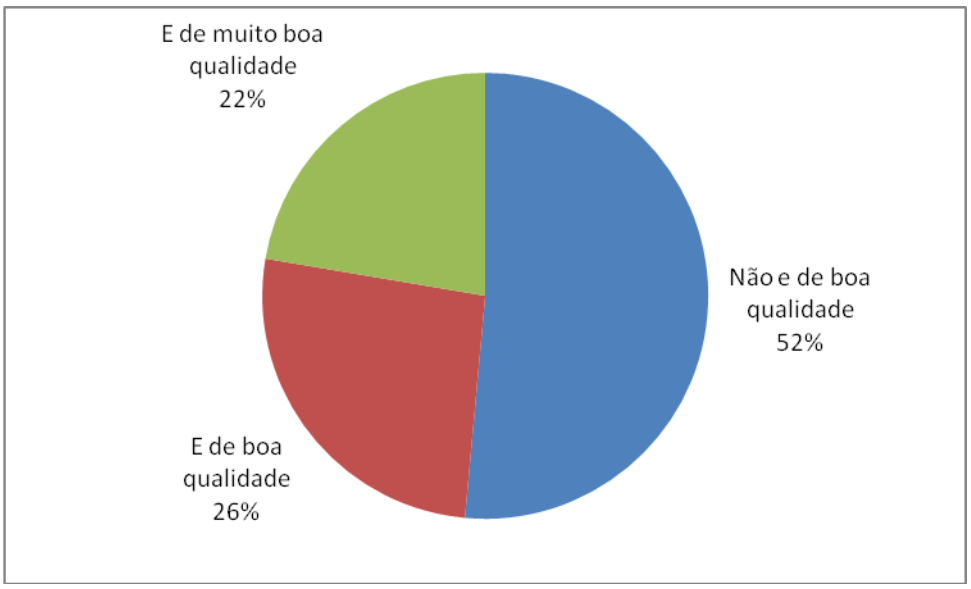
Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 25: Qual o tipo de vegetação da reserva da propriedade.

Quando se questionou a qualidade da água da propriedade obteve-se o seguinte resultado (Gráfico 26 - água): 53% dos proprietários falaram que não é de boa qualidade, 27% responderem que a água é de boa qualidade e 20% que a água na

propriedade é ótima. Entretanto, em conversa com os mesmos acreditamos que vários não sabiam a real situação de suas águas, pois vários produtores nunca fizeram nenhum exame para saber a qualidade da água da propriedade.

Segundo os produtores eles consomem destas águas sem realizarem nenhum tratamento, ou mesmo uma simples filtragem das impurezas. Água também é usada para irrigação e consumo dos animais, 55% dos produtores usam água também para a criação de peixes.



Fonte: Questionário. Elaboração: Jackson R. de Oliveira.

Gráfico 26: Como você qualifica a água da propriedade.

Todos os produtores da região criam algum tipo de animal, normalmente estes animais são criados para serem consumidos na própria propriedade. Em 65% das propriedades existe criação de bois, que servem para a produção de leite e de carne Estes normalmente são vendidos para serem abatidos e os produtores ficam com um pedaço do animal. Estes animais não foram sofrem nenhum tipo de melhoria na

sua qualidade, o produtor normalmente vende ou abate o melhor animal da propriedade e não tem o cuidado de implantar novos animais de qualidade superior para a produção de leite ou de carne. Existem galinhas em todas as propriedades que normalmente são exclusivas para o consumo da propriedade. Há ainda criação de porcos em 85% das propriedades que usam os animais para o próprio consumo e vendem o excedente.

A grande maioria dos entrevistados reclamou da falta de apoio dada pela prefeitura na região, 96% dos entrevistados nunca ouviu falar de do Plano Diretor Municipal de Domingos Martins, os outros 4% que já tinham ouvido falar, mas, não participaram do Plano Diretor Municipal. Vários dos produtores disseram que se sentem isolados, da sede do município e muitas vezes buscam ajuda nos municípios vizinhos principalmente Santa Maria de Jequitibá.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões do estudo demonstraram que a competitividade nacional e internacional no qual o café capixaba está submetido, faz com que haja uma busca permanente da maior eficiência econômica e do equilíbrio ambiental. Tais fatos exigem acima de tudo, redução de custos, melhoria de produtividade e qualidade do produto e a locação de cultivos em áreas mais apropriadas.

Deste modo, a observância da aptidão ou vocação natural dos espaços rurais para o estabelecimento da cafeicultura, reveste-se de importância fundamental, para o alcance do desenvolvimento sustentado e competitivo desta atividade.

A economia cafeeira foi de fundamental importância para o desenvolvimento agrícola do Espírito Santo, sendo a responsável pela inserção do Estado no mercado internacional. A história cafeeira foi marcada por várias crises, porém, a que mais atingiu o Espírito Santo foi a crise da superprodução nas décadas de 1950/1960, que provocou a diminuição do preço do café o que levou o governo a promover o processo de erradicação dos cafezais. Esta se fez de forma mais acentuada no Espírito Santo devido à forma com que se produzia café no estado, que era rudimentar e acabava por gerar um produto de baixa qualidade.

Ao concluirmos este trabalho podemos dizer que a agricultura familiar é de suma importância para a economia do Município de Domingos Martins. O desenvolvimento das comunidades pomeranas, e alemãs na região possibilitou a construção e consolidação de uma memória própria. Esta foi a alternativa encontrada pelos descendentes de imigrantes para se estabelecerem no Espírito Santo. O trabalho

familiar, incorporado ao mito do colono pioneiro e desbravador, é um dos símbolos mais importantes nas suas colonizações e na manutenção da pequena propriedade familiar no cultivo do café na região. E que a partir do inicio do século XXI, a forma de se trabalhar as lavouras de café começaram a se modificar, com os agricultores aderindo as novas formas de plantio e de colheita dos cafezais. Vale aqui ressaltar que, a partir da ultima década do século XX, os pequenos proprietários rurais começaram a diversificar sua produção agrícola para diminuir a sua dependência da cultura cafeeira.

E neste contexto ainda encontramos mudanças que começam a surgir em pequenas propriedades de agricultores que lutam ainda para preservar a sua história, cultura e tradições. Porém sem esquecer de inovar tecnologicamente e da realização de um planejamento estratégico e territorial levando em consideração as várias transformações pela qual a economia rural passa e pelas consequências que o município de pode Domingos Martins pode vir a sofrer. Principalmente com a devastação do meio-ambiente através do assentamento de novas famílias em espaços irregulares que podem tirar o sossego, a tranquilidade das pessoas, mais antigas e que ainda querem preservar suas tradições sem se importar com o progresso e o avanço tecnológico.

O que se percebeu, é que a cafeicultura capixaba está reconquistando espaço entre os demais segmentos econômicos e sobressaindo-se pelo efeito social decorrente do crescimento de sua produção. As cotações do café no mercado internacional sofrem muitas variações ao longo do tempo. Como toda commodite agrícola, o café está sujeito às especulações do mercado.

O trabalho procurou evidenciar de maneira clara, que a formação da pequena

propriedade agrícola do Espírito Santo, se deu a partir da colonização européia, influenciando consequentemente regiões como a do Município de Domingos Martins, em especial do Distrito de Paraju. Cabe deixar claro, que nesta região prevaleceu a valorização da pequena propriedade familiar.

O estudo procurou mostrar com transparência como foi implantado a cafeicultura no Espírito Santo, e como a sua da economia esteve subordinada as crises desta cultura até a década 70, do século XX. E como foi a formação das pequenas propriedades agrícolas do Estado. E como estão as pequenas propriedades rurais da região do Distrito de Paraju, região que ainda hoje em pleno século XXI apresenta características da época da sua formação que se iniciou em 1947, com a vinda de 39 famílias para a região de Santa Isabel.

Por fim, o trabalho possibilitou também perceber, a imigração européia que ocorreu no Espírito Santo, desempenhou um papel de grande importância para ocupação a região Centro–Serrana do Estado, é que, uma das principais características deste processo migratório, foi a forma predominante de pequenas propriedades agrícolas de cunho extremamente familiar. E que com introdução da cafeicultura no Espírito Santo, possibilitou a sua inserção no cenário nacional e internacional, mas que também submeteu a economia capixaba as crises, até o inicio da década de 70 do século XX, época que a economia capixaba, deixa de ser uma economia agrícola e começa a se transformar em uma economia de característica industrial. Mas em algumas regiões do estado o café ainda constitui-se na principal atividade agrícola das propriedades, como e o caso do município de Domingos Martins e conseguentemente do distrito de Paraju, sendo a cultura cafeeira a responsável pela geração da maior parte da renda e dos empregos do meio rural das pequenas

propriedades.

Observa se ainda que a dependência em relação ao café esta diminuindo paulatinamente, na região do distrito de Paraju, com a introdução de novas culturas como a do eucalipto e também com novas culturas sendo plantadas em consorcio com as próprias lavouras de café. Bem como as outras fontes de alternativas de renda estão sendo exploradas pelas pequenas propriedades agrícolas da região, como a exploração de atividades agroecologicas e a produção artesanal de tapetes.

6 REFERÊNCIAS

ALMADA, V.P.F., **Escravismo e transição**: O Espírito Santo (1850/188). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1981.

ARAÚJO FILHO, José, Ribeiro de. **O Porto de Vitória.** São Paulo: Instituto de Geografia, USP. 1974.

BAEBLER, Flávio, Facco. **A Mobilidade urbana em Domingos Martins.** Vitória, Espírito santo, 2005.

BARBOSA, Amilson. **Condomínios fechados em Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2007.

BIGOSSI, Victor. **Domingos Martins:** Turismo e o território, Vitória, Espírito Santo, 1992.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo:** O Roteiro da industrialização: Do Engenho as Grandes Indústrias (1535-1980). Rio de Janeiro, 1992.

BRICALLI, Iafet, Leonardi. **Mobilidade em Domingos Martins – ES:** A importância do sistema viário rural para o desenvolvimento do Município, Vitória, espírito Santo, 2007.

BUFFON, José, Antônio. **O Café e a urbanização no Espírito Santo:** Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar: Dissertação de Mestrado em Economia. Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1992.

CAMPOS JR. C. T. **O novo arrabalde.** Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CASER (1992). A marcha cafeeira no Espírito Santo. In: REVISTA CAFEICULTURA. Origem do café. Disponível em http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=3904. Acesso em 23 de março de 2009.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO-CEASA-ES.www.ceasa-es.gov.br. Acesso em 05 de outubro de 2009

CELIN, José, Lázaro. **Migração Européia:** Expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo. Dissertação de Mestrado em Economia. Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1984.

CORRÊA, José Carlos. **Espírito Santo:** Anuário 2008. Vitória: Jornal A Gazeta, 2008.

DADALTO, M, C. **O Relacionamento social-econômico-gerencial:** O caso do aglomerado da indústria do vestuário de Colatina: Dissertação de Mestrado em Administração. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

FALVELLA, Clarissa Viggiano. Nutrição Brasil. **In: Café.** São Paulo: Ed.atlântica, n. 5, setembro/ outubro de 2003., p. 306 a 313.

FORNAZIER, Ana Maria. **A mobilidade e o desenvolvimento sustentável no Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2001.

GONÇALVES, Vanessa Cristina Sibin. **Formação da Economia Brasileira.** São João da Boa Vista: Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista – FAE. Disponível em http://www.fae.br/cur_economia/Literaturas/Exemplo%20de%20estrutura%20para%20monografia.doc. Acesso 3 de setembro de 2009.

HACK, Érico. Incentivos fiscais ao desenvolvimento regional. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1561, 10 out. 2007. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10522>. Acesso em 2 de setembro de 2009.

IJSN - Instituto Jones Santos Neves. **Comentários PIB.** Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=contasregionais/divulgacaom.htm. Acesso me 3 de agosto de 2009.

INCAPER – **Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural** <www.incaper.es.gov.br> acessado dia 16 de março de 2009.

KILL, A, B. **A Nova divisão Político administrativa do Município de Domingos Martins.** Vitória, espírito santo, 1992.

LEAL, Rômulo. **O Diagnóstico do desenvolvimento do Município de Domingos Martins.** Vitória, espírito Santo, 1977.

LIMA, Darcy Roberto. **QI, Café, sono e memória.** Rio de Janeiro: ECN - Editora Científica nacional, 1995.

LOCATELLI, George. **Proposta urbanística para o Município de Domingos Martins.** Vitória, espírito Santo, 2002.

MALARD, Humberto. **O Pequeno produtor e os avanços tecnológicos.** Rio de Janeiro, 2007.

MONDONI, Graziani. **O Plano diretor do Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2007.

MORETTI, Gustavo. **Domingos Martins:** Ontem e hoje. Vitória, Espírito Santo, 2008.

MURARI, Gustavo. **O Desenvolvimento do turismo em Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1992.
NASCIMENTO, Bruno. **Domingos Martins:** Agroecologia x Agricultura Comercial. Vitória, Espírito Santo, 2006.

NEVES PACHECO, Orlando. **A valorização do turismo e do lazer no Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1994.

NOGUEIRA, Dalmo. **O Município de Domingos Martins e o pequeno produtor.** Vitória, Espírito Santo, 2007.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eias de. **Estatuto da Cidade:** Para compreender... Rio de Janeiro: IBAM/PUMA, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS. **A história do município.** Disponível em http://www.domingosmartins.es.gov.br/?pg=conteudo&id=59#. Acesso em 20 de novembro de 2008.

PROVETTI, Marcela, Santos. **A Expansão imobiliária de condomínios e loteamentos em Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2008.

ROCHA, H, C; MORANDI, A, M. **Cafeicultura e grande indústria** – A transição do Espírito Santo 1955 – 1985. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

ROCHA, Haroldo Corrêa. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira, DAVEL, Eduardo Paes Barreto (orgs.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998.

SALAROLI, Joabe, Ribeiro. **Agroecologia em Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2006.

SALETTO, Renata. **A Reorganização do espaço urbano do Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1996.

SALVADOR, José G. **Cristãos-novos, povoamento e conquista do solo brasileiro.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

SANTOS, Jeffer, Côrrea. **A Mobilidade em Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1992.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Divisão de Experimentação e Pesquisa em Convênio com o IBC/GERCA. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Espírito Santo,** Espírito Santo, 2007.

SILVA, Marinalva, Maria, c. da. **Impactos positivos e negativos do desenvolvimento no Município de Domingos Martins.** Vitória, espírito Santo, 1976.

SIQUEIRA, Pablo. **Os Impactos positivos e negativos dos eventos na área urbana da Sede de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1995.

_____. **Os Impactos positivos e negativos no Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 2005.

SIQUEIRA, Márcia S. **O trabalho das crianças na agricultura capixaba.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

SOARES, Marcelo. **O Desenvolvimento e o Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1977.

SOUZA FILHO, Amândio. **A Expansão imobiliária de loteamentos no Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 1990.

SOUZA NETO, Otaciano. **Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana**. Rio de Janeiro, 2007.

VASCONCELLOS, J. G. Vitória: trajetórias de uma cidade. **In: ABREU, Carol. Capítulo III. O desejo da conquista.** Vitória: IHGES, 1993.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo : Atlas, 2004.

VESCOVI, Ana Paula. **Desconcentração do investimento no Espírito Santo.** 29 de junho de 2009. Disponível em http://www.200maiores.com.br/artigos/desenvolvimento-economico-e-socail/70-desconcentracao-do-investimento-no-espirito-santo. Acesso em 2 de agosto de 2009.

WAGEMANN, Aroldo. **O Desenvolvimento do Município de Domingos Martins.** São Paulo, 1949.

WIKIPEDDIA, 2007.

ZANOTELLI, Cláudio. **Proposta urbanística para o Município de Domingos Martins.** Vitória, Espírito Santo, 20006.

APENDICE I

QUESTIONÁRIO PARA PRODUTORES RURAIS

Dados sociais do produtor

01- Você tem assistência técnica?

( )sim ( ) não. se sim ( ) frequentemente ( ) esporadicamente

02 -Você sabe o que são tecnologias e percebe o que está ocorrendo por causa delas ?

( ) sim ( )não se sim ( ) veem as mudanças( ) veem as mudanças mas não sabem o que podem fazer ( ) estão acompanhando as mudanças tecnológicas

03 -Com que frequência você vai à sede do município ? ( ) mais de um vez a o me? ( ) menos de uma vez a o mês.

04 -Qual a sua origem ?

05 - Qual a sua denominação religiosa?

06 -De onde provem a renda da família ?

07 -A renda da propriedade chega até 5 salários ou mais por mês ?

08 -Grau de instrução dos produtores rurais ?

09 -Qual o grau de escolaridade do seu (s) filho (s) ?

( ) não-alfabetizado ( ) estudou até a 4ª série ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino fundamental completo ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino superior incompleto ( ) Ensino superior completo.

10 -Você é filiado a algum órgão representativo (sindicato) ?

11- Quem trabalha diretamente na propriedade ?

12 -Você já contraiu empréstimo financeiro ?

( ) sim ( ) não

13 - Quem trabalha diretamente na propriedade ?

14 -Você já contraiu empréstimo financeiro ?

( ) sim ( ) não

Dados da Propriedade

01 -Qual o tamanho da propriedade?

02 -Qual o tipo de vegetação da reserva da propriedade ?

( ) mata nativa ( ) capoeira rala com menos de 10 anos

( ) capoeira grossa com mais de 10 anos.

03 - Como você qualifica a água da propriedade ?

( ) e de muito qualidade ( ) e de boa qualidade

( ) não e de boa qualidade

Dados Ambientais

01 -Você pode melhor o meio ambiente onde vive ? ( ) sim ( ) não. se sim . tem feito algo para melhorar.

02 -Você sabe o que pode ser reciclado ?. ( ) sim ( )não. se sim qual o destino deste material.

03 - Você vê algum problema na utilização do uso de agrotóxicos ? ( )sim ( ) não.

04 -Você sabe manusear os produtos químicos que usa na sua propriedade e os conhece? ( ) sim ( ) não.

APENDICE II

Entrevista com agricultores:

Foram entrevistados 10 agricultores do distrito de Paraju, estes agricultores foram escolhidos de forma aleatória dentre os agricultores das vilas de Ponto Alto, Paraju, Goiabeiras, Alto Paraju, São Rafael e Rio Ponte e Areinha. Como alguns agricultores pediram para não serem identificados pelos seus nomes, foram adotadas as 10 primeiras letras do alfabeto português para identificar os agricultores. Estas entrevistas foram realizadas em visitas as propriedades, e as perguntas eram dirigidas aos agricultores na forma de dialogo, levando-se em conta as características da propriedade e da família do agricultor. O pesquisador foi o Sr. Jackson Rodrigues de Oliveira.

Agricultor “A”:

A propriedade do agricultor “A” situa-se na localidade de Areinha e esta a 8 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de 27 hectares, distribuídos da seguinte forma: 1 hectare ocupado com instalações de moradia e paiol e terreiros para secar café, a propriedade não possui maquinas de sacar café, 15 ha. são ocupados com café, 2 ha com pastagens e 9 ha. em capoeira.

O agricultor “A” tem 45 anos e casado e pai de dois filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Acho que a cafeicultura atual não esta boa, pois esta cada vez mais difícil trabalhar com café. Os adubos e a mão-de-obra estão cada vez mais caros. E o preço do café não está acompanhando os preços das outra coisa, a uns 13 anos

atrás as coisas estavam bem melhor para o cafeicultor o “café tinha preço”, valia alguma coisa, a gente conseguia fazer para viver, hoje a gente trabalha para o governo.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com café?**

Agricultor: É a única coisa que sei fazer é trabalhar com café. E ainda acredito na cafeicultura.

Pesquisador: **O Sr. quer que os seus filhos também trabalhem, sejam agricultores? Por que?**

Agricultor: Não. A vida de agricultor não esta fácil as coisa na roça estão cada vez mais difíceis, não que meus filhos tenham uma vida tão difícil, quero que eles estudem para poder conseguir algo melhor, por isto mando eles para escola todo dia na parte da manhã e depois do meio dia eles me ajudam na roça.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Não. Já tive, mas toda vez que pedia para o técnico da prefeitura vir aqui, ele demorava muito para aparecer, e falava que eu tinha que fazer analise do solo. Mas ele mesmo não recolhia a amostra, só falava para eu recolher e levar para o laboratório que fica em Fazenda do Estado, daí eu parei de chamar ele para vir aqui na propriedade.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Para mim não serve para nada só vejo eles quando está na época da

política daí eles aparecem as “pencas” aqui; fazem um monte de promessa, pedem meu voto e depois somem.

Pesquisador: **O Sr. já pensou em plantar eucalipto?**

Agricultor: Já tive proposta para plantar eucalipto. Mas se eu plantar eucalipto o que vou fazer enquanto espero o eucalipto crescer. Minha propriedade é muito pequena para eu plantar eucalipto e continuar com o café. Com o café tenho dinheiro todo ano mesmo que pouco.

Agricultor “B”

A propriedade do agricultor “B” situa-se na localidade de Alto Areinha e está a 6 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de 30 hectares, distribuídos da seguinte forma: 1ha ocupados com instalações de moradia e paiol e terreiros para secar café, a propriedade não possui maquinas de sacar café; 27 ha. são ocupados com café e 2 ha. em capoeira.

O agricultor “B” tem 63 anos é casado e pai de dois filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: A cafeicultura atual esta passando por um período de melhoria, não está boa, pois já esteve melhor do que nos dias atuais, mas caminha para uma melhora.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com café?**

Agricultor: Não consigo tocar o serviço só, preciso de contratar mão de obra, se eu mexer com outros produtos, dificilmente conseguirei administrar a propriedade.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Um dos meus filhos possui formação técnica em cafeicultura

Pesquisador: **O que o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: O governo local deixa muito a desejar, eles não prestam a devida assistência que os produtores rurais da região merecem. Eles só mostram interesse pelo voto do agricultor.

Pesquisador: **O Sr. já pensou em plantar eucalipto?**

Agricultor: Já, mas eu trabalho com meeiros e parceiros, se eu resolver plantar eucalipto terei que dispensá-los, e para não deixá-los sem serviço prefiro só trabalhar com café.

Agricultor “C”

A propriedade do agricultor “C” situa-se na localidade de Rio Ponte e esta a 11 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de 15 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,5 ha. ocupado com instalações de moradia, paiol e terreiro para secar café. A propriedade não possui maquinas de sacar café; 10 ha. são ocupados com café, 2,5 ha. com pastagens e 9 ha. em capoeira.

O agricultor “C” tem 49 anos é casado e pai de três filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Pra mim a cafeicultura esta boa, pois não dependo somente dela, para sobreviver, com isto consigo guardar o café e esperar por um preço melhor.

Pesquisador: **Quais produtos o Sr. produz na propriedade?**

Agricultor: Quase toda a área aberta da propriedade esta plantada com café, mas no meio do cafezal eu planto aipim, cara, feijão e milho, estes produtos me garantem uma renda que dá para eu e minha família sobreviver em quanto o café está com o preço baixo.

Pesquisador: **O Sr. quer que os seus filhos também sejam agricultores? Por que?**

Agricultor: Sim. A vida de agricultor não é fácil, mas aqui na roça eles estão mais seguros que na cidade; eu mais a “mulé” já estamos ficando velho e se eles forem embora quem vai tomar conta da roça.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Não. Eu aprendi a lida na roça com meu pai.

Pesquisador. **O Sr. frequentou a escola? Se frequentou até que série. E seus filhos, estudam ou já estudaram.**

O agricultor: Eu estudei até a quarta série, a mulher até a segunda série. A filha mais velha 31 anos (já casada e morado em outra propriedade) estudou até a oitava série, o filho de 26 anos (falecido) estudou até a sexta série e o filho mais novo 18 anos estudou ate a quarta série.

Agricultor “D”

A propriedade do agricultor “D” situa-se na localidade de Goiaberas e esta a 8 Km da sede do distrito Paraju, e a propriedade possui um tamanho de aproximadamente 40 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,5 ha ocupado com instalações de moradia e paiol e terreiros para secar café; a propriedade não possui maquinas de sacar café, 10 ha. são ocupados com café; 4 hec. com pastagens e 10 ha. em capoeira e 15,5 ha com plantação de eucaliptos.

O agricultor “D” tem 55 anos é casado e pai de um filho.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Acho que a cafeicultura atual não esta boa, acredito que o café está dando prejuízo, por isso estou plantando eucalipto.

Pesquisador: **Por que o Sr. ainda trabalha com café?**

Agricultor: Desde que eu me entendo por gente eu planto café. Acredito que o café vai melhorara de preço. Quando isto acontecer, eu vou ganhar dinheiro novamente, pois ainda vou estar produzindo café, até lá eu tenho que ganhar dinheiro com outra coisa e hoje o que está dando dinheiro é eucalipto.

Pesquisador: **O Sr. quer que o seu filho também, seja agricultor? Por que?**

Agricultor: Sim. Só tenho um filho tudo que tenho vai ser dele, e na roça se você trabalha, você têm pelo menos para comer.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Desde que comecei a plantar eucalipto tem vindo um técnico da empresa que forneceu as mudas e dá orientação.

Pesquisador: **O que o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Bom. Tem muita gente que fala mal deles, mas eu não posso reclamar. Tudo que eu pedi eu consegui, e eles tão melhorando as estradas e colocaram carro para puxar os meninos para a escola.

Pesquisador: **Por que o Sr. resolveu plantar eucalipto?**

Agricultor: Porque só trabalhar com café no preço que ele está nos últimos tempos não estava dando, o preço do café estava e está muito baixo.

Agricultor “E”

A propriedade do agricultor “E”situa-se na localidade de Alto Paraju e está a 5 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 50 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,3 ha. ocupado com instalações de moradia, paiol e terreiros para secar café, a propriedade não possui maquinas de sacar café; 5 ha. são ocupados com café, 15 ha com pastagens e 5 ha. em capoeira, 15 ha. com mata nativa e 10 ha. de plantação de eucalipto.

O agricultor “E” tem 40 anos é casado e não possui filho.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Eu acredito que a cafeicultura não vem passado por uma fase muito boa,

mas esta melhorando nos últimos anos e a tendência é de melhora ainda mais. O que a gente não pode fazer é depender somente do café para se manter.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Sempre pago um técnico para fazer uma avaliação e me orientar de como fazer as coisa aqui na propriedade. Também tenho participado nos últimos anos de encontros técnicos e dias de campo para poder aprender como devo trabalhar na propriedade.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Acho que esta meio devagar, eles deveriam fazer muito mais pelos agricultores, mas não fazem, eles esperam as coisas acontecerem para só depois tomar providencia.

Pesquisador: **O Sr. resolveu plantar eucalipto?**

Agricultor: Eu trabalhava basicamente com o café, como o preço dele ficou muito baixo eu tive que procurar uma outra fonte de renda, daí optei em plantar eucalipto que está se mostrado até agora uma atividade rentável.

Agricultor “F”

A propriedade do agricultor “F” situa-se na localidade de Ponto Alto e está a 4 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 10 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,5 ha ocupado com instalações de moradia, paiol e terreiros para secar café; a propriedade não possui maquinas de sacar café. 6 ha.

são ocupados com café e 3,5 ha em capoeira.

O agricultor “F” tem 35 anos é casado e pai de três filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Bom para mim a cafeicultura não esta boa, o preço está muito baixo e não está dando para adubar corretamente a lavoura.

Pesquisador: **O Sr. trabalha com outro produto além do café?**

Agricultor: Não, a única coisa que cultivo na minha propriedade é café, mas quem trabalha na lavoura do meu terreno é a mulher mais um menino; eu trabalho cortado e carregando eucalipto para outros produtores, e quando a mulher não está trabalhando com café ela esta fazendo tapetes.

Pesquisador: **O Sr. quer que os seus filhos também sejam agricultores? Por que?**

Agricultor: Não. A agricultura não está dando mais. Só tenho um filho em casa, os outro dois trabalham em Vitória como ajudantes de pedreiro; é um serviço mais leve e dá mais dinheiro.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Não. A propriedade é pequena e não compensa pagar um técnico para me orientar. Mas como trabalho para pessoas que às vezes recebem orientação acabo por perguntar para eles e eles me ajudam; assim é como eu recebo orientação.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Não tenho contato com eles, para mim é como se não existissem.

Pesquisador: **O Sr. já pensou em trabalhar com outro produto na sua propriedade?**

Agricultor: Já. Mas a mulher resolveu fazer tapetes e é uma atividade que tem dado bom retorno para nós.

Agricultor “G”

A propriedade do agricultor “G” situa-se na localidade de Ponto Alto e esta a 6 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 30 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,6 ha. ocupado com instalações de moradia, paiol e terreiros para secar café, a propriedade possui maquinas de sacar e descascar café, 25 ha. são ocupados com café e cerca de 4 ha. são ocupados por mata fachada.

O agricultor “G” tem 40 anos é casado e não possui filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Acho que a cafeicultura atual não esta muito ruim, pois a alguns anos ela vem melhorando, já esteve melhor do que os dias atuais.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com café?**

Agricultor: Bom, já pensei em trabalhar com outros produtos, mas desde novo minha família só trabalhava com café e eu não possuo mais terra para plantar outro coisa.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim freguentemente o técnico agrícola da prefeitura passa por aqui para ver como esta a plantação de café e me orienta sobre o que devo fazer.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Para mim este é um dos melhores governos que nos já tivemos, pois tudo que eu preciso o meu cunhado que é vereador consegue.

Agricultor “H”

A propriedade do agricultor “H” situa-se na localidade de Rio Ponte e esta a 13 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 50 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,4 ha ocupado com instalações de moradia e paiol e terreiros; 40 ha. são ocupados com café, e 10 ha em capoeira e mata.

O agricultor “H” tem 67 anos é casado e pai de seis filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Acho que a cafeicultura atual está ruím, mas vejo que está melhorando se comparada com alguns anos atrás quando substituí a plantação de café por eucaliptos.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com eucaliptos?**

Agricultor: Bom, o café não estava dando muito trabalho e pouco dinheiro. A aposentadoria também é pequena. Moro com minha filha que é casada, ela faz

tapetes e o marido dela é comerciante. Os meus outros filhos já se casaram e foram embora, daí resolvi plantar eucalipto que dá menos trabalho que o café esta dando mais dinheiro.

Pesquisador: **O Sr. quer que os seus filhos também sejam agricultores? Por que?**

Agricultor: Sim. Todos os meus filhos são agricultores, eles tem pouco estudo, não quiseram estudar, a única coisa que eles sabem fazer é trabalhar na roça. Se eles não trabalharem na roça ou o governo sustenta ou eles morem de fome.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Eu financiei o plantio de eucalipto e por isto estou sendo orientado de com produzir eucalipto.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Para mim é bom, eles tão me pagando para não trabalhar, e os meus netos tão ganhando para ir estudar.

Agricultor “I”

A propriedade do agricultor “I” situa-se na localidade de São Rafael e esta a 16 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 25 hectares, distribuídos da seguinte forma: 05 ha. ocupado com instalações de moradia e paiol e

terreiros para secar café; a propriedade possui maquinas de despolpar, secar e beneficiar café; 20 ha. são ocupados com café, 4,5 ha. com pastagens.

O agricultor “I” tem 30 anos é casado e pai de um filho.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Bom, para a maioria dos produtores de café desta região não esta bom, mas para mim não esta tão ruim, porque, eu trabalho com um café de melhor qualidade, por isto tenho conseguido um preço melhor no mercado, o que esta me garantindo uma lucratividade maior.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com café?**

Agricultor: Porque trabalhar com café de qualidade, garante uma rentabilidade maior, mais o serviço também é maior o que faz com que eu não tenha tempo para me dedicar a outra atividade que não seja o café.

Pesquisador: **O Sr. quer que o seu filhos também seja agricultores? Por que?**

Agricultor: Sim. A atividade agrícola não e ruim, e a qualidade de vida que o agricultor tem hoje não é má.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Frequentemente sou acompanhado por um agrônomo que me dá toda assistência que necessito.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Para mim não serve para nada, pois quando preciso dele eles não podem me atender, mesmo o técnico agrícola da prefeitura quando veio me visitar quis cobrar pela visita.

Pesquisador: **O Sr. já pensou em plantar eucalipto?**

Agricultor: Não. A minha propriedade é pequena e não tenho tempo para me dedicar a outra atividade se não a cafeicultura.

Agricultor “J”

A propriedade do agricultor “J” situa-se na localidade de Areinha e esta a 7 Km da sede do distrito Paraju, e possui um tamanho de aproximadamente 40 hectares, distribuídos da seguinte forma: 0,8 ha. ocupado com instalações de moradia e paiol e terreiros para secar café; a propriedade possui maquinas de despolpar, secar e beneficiar café;, 25 ha. são ocupados com café, 16 com mata nativa.

O agricultor “J” tem 60 anos é casado e não possui filhos.

Pesquisador: **O que o Sr. acha da cafeicultura atual?**

Agricultor: Bem, hoje em dia a cafeicultura não está boa, o preço do café esta ruim e a mão de obra está muito cara, quase não sobra nada para o agricultor que é dono da terra.

Pesquisador: **Por que o Sr. só trabalha com café?**

Agricultor: Por que não tenho mais idade para me ariscar com outra coisa, se produzir outra coisa até eu aprender a trabalhar com um novo produto eu já morri.

Pesquisador: **O Sr. possui alguma assistência técnica (orientação para trabalhar)?**

Agricultor: Sim. Tenho um sobrinho que é técnico agrícola e ele está sempre aqui em casa me orientando, e como se fosse meu filho.

Pesquisador: **Como o Sr. avalia o governo local?**

Agricultor: Não tenho contato com este pessoal, para mim é como se não existissem.

Pesquisador: **O Sr. já pensou em plantar eucalipto?**

Agricultor: Já. Mas na idade que estou não iria colher.